

22 de Março 2021
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 251
Director-Geral
Evaristo Mulaza



Canga
Xaquivula,
PCA do
Instituto
Geológico
de Angola

“80% do país tem ocorrência de recursos minerais”

Págs. 4 e 5

ESTIMATIVAS DOS EUA

Receitas petrolíferas angolanas podem disparar 48%

Pág. 7

NOVAS REGRAS NA IMPORTAÇÃO

Ministério do Comércio e distribuidores em lados opostos

DESTAQUE. O Ministério do Comércio e Indústria proibiu a importação de vários produtos em embalagens de 25 e 50 quilos, entre os quais o arroz, o açúcar e a farinha de trigo. O departamento gerido por Victor Fernandes que ver esses produtos embalados em Angola, nestas quantidades, e espera reduzir os gastos do país em divisas. A Ecodima, pela voz do seu presidente, mostra-se surpreendida e desagrada. E garante que vai negociar com o Governo. Pág. 6



Raul Mateus,
presidente
da Ecodima

Victor Fernandes,
ministro do Comércio
e Indústria

ESPECIALISTAS

Modelo de venda do BCI enfrenta críticas

Pág. 10

INVESTIDOR ROGER TAMRAZ FORA DA CORRIDA

Propostas para a compra do EuroBic devem ser apresentadas até Junho

BANCA. Seleccionados vão agora ter acesso ao 'data room' do Eurobic para analisar melhor a situação patrimonial e financeira do banco. Na restrita lista escolhida pelos accionistas, nota-se a ausência de Roger Tamraz, o investidor libanês que tentou comprar os 42,5% de Isabel dos Santos. Pág. 11

FREIO AO LÓBI



Ao que tudo indica, o lóbi da importação prepara-se para mais uma batalha contra o Ministério do Comércio e Indústria. A motivação, desta vez, são as novas regras na importação que limitam a entrada de determinados produtos em embalagens de entre 25 e 50 quilos. À primeira vista, a contestação dos distribuidores até poder ser legitimada com um argumento simples: as associações empresariais existem precisamente para defender os seus interesses. No entanto, o que pode estar em causa, neste caso, é muito mais do que isso. É qualquer coisa que lembra o defeito de fabrico mais problemático dos lobistas, o tal de invariavelmente ignorarem os seus próprios limites. Mas que leva também ao questionamento do poder real que determinadas instâncias do Governo têm para defender as suas pró-

prias políticas, julgadas de interesse comum.

Ocorre que este poder lobista de algumas associações empresariais, na versão como se apresenta hoje, não foi autoproclamado. Em certa medida, foi precipitado pelos 'mimos' dados pelo próprio Governo. Quem acompanha com alguma atenção estas matérias, terá reparado, por exemplo, no espaço político conferido ao chamado Grupo Técnico Empresarial. O 'intervencionismo' do GTE foi de tal ordem que provocou incómodos, nunca assumidos, em alguns departamentos do Governo. Particularmente nos que respondem pelas matérias económicas e financeiras. Houve circunstâncias até em que o presidente do GTE teve de verbalizar, mais coisa menos coisa, que o grupo não se substituiria aos ministros. Pronunciamentos que, no fundo, admitiam implicitamente o desânimo por que estavam tomados alguns círculos ministeriais. E ainda bem que assim se tenha passado.

Um ministro que toma decisões pelo interesse comum tem de ter o poder de frear a pressão lobista. Sobretudo – como acontece com frequência – quando o interesse lobista é manifestante contraproducente, face a objectivos mais alargados. No caso concreto, o Ministério do Comércio defende que a importação a granel de arroz, açúcar, farinha de trigo, feijão, entre outros produtos, vai permitir o embalamento local. O que, por sua vez, implicará o nascimento de novos segmentos na indústria, além da possível poupança de divisas. São argumentos válidos particularmente se a implementação da medida for planeada numa lógica de fases, de modo a que o mercado tenha tempo de criar determinadas condições. Mais importante ainda, se a medida for acompanhada de decisões complementares de natureza financeira e fiscal que facilitem o aparecimento destas novas indústrias. O alcance desta decisão no tempo é, por isso, indiscutível.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



DANIEL SAPATEIRO,
economista

Acredita no sucesso do Pro-priv?

Tenho alguma reserva porque, para os bens, activos e empresas públicas serem vendidos, não podem ter qualquer situação anómala. E as reservas de auditoria que estão presentes nos relatórios de certificação de contas, feitos por entidades externas, são limitativas.

E?

Imagine uma empresa que vale 100 e o comprador compra por 20 ou 30 porque a empresa tem um conjunto de qualificações que faz reduzir o seu valor de venda. Já tivemos exemplos na Zona Económica Especial, empresas tinham um valor de venda inicial e o valor de venda foi muito baixo.

O que acha da venda do BCI em leilão?

Sempre fui a favor da fusão dos três bancos públicos, BPC, BCI e BDA porque, basicamente, fazem as mesmas coisas. No meu entendimento, se se fizesse uma fusão entre estes três bancos, haveria uma estrutura forte com capitais próprios que dariam sustentabilidade ao próprio banco, produto desta fusão.

16
TERÇA - FEIRA

O Governo toma a iniciativa de promover a reforma da regulação dos preços em Angola, transferindo estas competências para os respectivos sectores, anunciou o Ministério das Finanças.

17
QUARTA - FEIRA

A companhia aérea Taag cancela os voos com destino a São Paulo, Brasil, que tinha previsto retomar, devido ao aparecimento de novas estirpes do SARS-CoV-2, causador da covid-19.



SEGUNDA-FEIRA

O Consórcio Quantem é anunciado vencedor do concurso para a construção da refinaria do Soyo, no Zaire, anunciou o Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás.

18
QUINTA - FEIRA

O Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado anuncia que vai fazer um leilão em bolsa para alienar a totalidade do capital social do Banco de Comércio e Indústria, num bloco indivisível.



19
SEXTA - FEIRA

A Sonangol anuncia que vai lançar um concurso para a alienação parcial de interesses participativos em oito blocos petrolíferos, salvaguardando o direito de preferência dos actuais parceiros. O anúncio do concurso previsto para o segundo trimestre deste ano.



20
SÁBADO

O Presidente da República deixa Luanda com destino aos Emirados Árabes Unidos para uma visita privada de alguns dias.



21
DOMINGO

A companhia aérea Taag informa que vai retomar as ligações à capital portuguesa, seguindo-se São Paulo (Brasil) e Joanesburgo (África do Sul).



COTAÇÃO



PETRÓLEO A RECUPERAR...

O petróleo começou a semana a recuperar, após queda de 7%, face aos preços da semana anterior. O Brent registou ganhos de 0,06%, negociando 64,49 dólares as entregas de Maio. Já o WTI negociou a 61,48 dólares as entregas para o mesmo período, recuando 0,07%.



OURO E PRATA CAEM...

O ouro, por sua vez, quebrou 0,11%, ao negociar as entregas de Abril a 1.739,75 dólares por onça troy. Enquanto a prata perdeu 1,86%, nas entregas de Maio, para os 25,832 dólares por onça troy. Já o cobre avançou em terreno positivo nos 0,74% para os 4,1435 dólares por libra-peso, nas entregas de Maio.

Entrevista

CANGA XAQUIVUILA, PCA DO INSTITUTO GEOLÓGICO DE ANGOLA

“A actividade mineira pode conviver dentro dos parques nacionais”

“O futuro está na mineração.” É a convicção do presidente do conselho de administração do Instituto Geológico de Angola (Igeo) que abre, ao VALOR, o mapa dos recursos minerais do país, detalha o que há e onde se pode encontrar. Canga Xaquivuila não tem dúvidas de que o turismo e a mineração não são antagónicos e lembra que 80% do território regista ocorrências de recursos minerais.

Por Júlio Gomes

Igeo é um ente desconhecido por muitos, certo?

Não é porque se trata de uma instituição pouco conhecida, o facto

é que, se calhar, falamos pouco e nunca tivemos mais contactos com os media. Senão, o Igeo cá está já desde a época colonial, precisamente desde 1921, altura em que os missionários portugueses publicaram o primeiro trabalho de geologia feito em Angola e, em 1930, transformaram esta entidade em Instituto Geológico de Angola. Em 1941, passou para Instituto Geológico e Serviços Mineiros de Angola.

Designação pouco mudou...

Logo que o país se tornou independente, criou-se a Direcção de Geologia e Minas com os seus laboratórios num antigo edifício. Em 1977, com a visita do Presidente Agostinho Neto, converteram-na em Direcção Nacional de Geologia e Minas e pertencia ao Ministério da Indústria. Em 1989, foi institucionalizado o serviço geológico de Angola que tem como foco

assegurar o conhecimento científico do potencial geológico e dos recursos minerais do país, elaborar estudos sobre os recursos minerais e rochas existentes e presta serviços especializados. A lógica é assegurar, por via dos recursos minerais, o desenvolvimento sustentável.

Mas o contributo ainda é irrisório...

Na verdade, houve um período em que o instituto estava quase adormecido. Mas, nesta altura, temos a estratégia de torná-lo conhecido a nível internacional. Por exemplo, já fazemos parte da organização dos serviços geológicos de África. Já temos participado nas assembleias.

O que o país ganha com isso?

É a organização que zela pelos serviços geológicos de África. Toda a informação que produzimos, por exemplo, no âmbito do Plano Nacional de Geologia (Planageo) que ainda está em curso, só poderá constar do mapa geológico, africano através desta organização.

Que outros trabalhos concretos o Igeo já desenvolveu?

Muito trabalho já foi feito. Temos grande acervo geológico do trabalho feito há 100 anos. Temos o mapa geológico do país na escala de 1



por 1 milhão, temos o de um por 2 milhões e temos várias cartas com escalas diferentes. Neste momento, estamos a actualizar alguns mapas já ultrapassados como o da escala de 1 por 100 mil e não tínhamos outros como o de 1 por 50 mil. O país nunca teve. No âmbito do Planageo, temos mapas de radiometria e o de elevação digital que foram feitos pela primeira vez.

O que ilustram esses mapas?

Esses mapas revelam-nos as megas estruturas do país no domínio geológico. São estruturas que concentram minerais pesados de que o mundo precisa. Se quisermos um mineral básico, já podemos orientar o investidor. Isso quer dizer que

fizemos o raio X do país. No hospital, fizemos o raio X para ver os ossos é o mesmo que fazemos com a geofísica. Por exemplo, isso permitiu constatar que o território angolano, na parte leste, está coberto de areais em quase 50%. Olhando nesses dados conseguimos ver áreas com estruturas que concentram cobre. Através dos mapas, podemos notar a ocorrência de recursos minerais básicos e assim, ao invés de procurar empiricamente em qualquer sítio, a informação existente já pode garantir ao investidor onde pode encontrar determinado minério.

Das áreas por que o país está reparado (Norte, Leste, Sul e Sudoeste), qual está mais desenvolvida em termos de levantamento geofísico?

No Sul e Sudoeste já foi feito o levantamento geofísico, no Norte o trabalho está em curso mas, no Leste, a actividade está parada neste momento por constrangimentos financeiros. O levantamento feito no Sul foi para observar o potencial geológico para os materiais de construção e minerais para a indústria transformadora. Estou a falar de rochas ornamentais, areais, por exemplo. De resto, temos 30 folhas de áreas que seleccionamos como

potenciais desses recursos. No fim, teremos também a cartografia hidrogeológica que tem que ver com a água, para além do mapa de metais pesados. É informação para atrair investidores. Antigamente, não havia informação para fazer prospecção, hoje já a temos. Por outro lado, o Igeo, no âmbito do Planageo, ganhou infra-estruturas condignas e condições de trabalho. Temos ‘pensólogos’ que estudam a nossa terra e foram construídos três laboratórios no país.

Que laboratórios são estes?

Temos o laboratório geocientífico em Luanda e os regionais de Saurimo (para atender o Leste) e do Lubango, para o Sul. Nas Lundas, o foco é mais a exploração de diamantes e o laboratório de Saurimo estará especializado para atender às empresas que exploram as pedras brilhantes naquela zona. No Sul, exploram-se mais as rochas ornamentais além de minerais básicos e águas subterrâneas, daí a necessidade desse laboratório. Temos um centro tecnológico de rochas que deve dar mais valor à nossa pedra. Portanto, os laboratórios dão apoio às empresas que entram na pesquisa, e assim se encurta o tempo de análises às amostras que tinham de ser levadas ao estrangeiro. Isso também reduz os custos operacionais durante a prospecção.

Quanto custa uma análise?

Depende do laboratório. Os custos dependem dos consumíveis entre os quais reagentes. Cada tipo de análise tem o seu preço, mas, de um modo geral, os custos variam entre 12 dólares e 220 dólares. Portanto, com os laboratórios internos deixamos de exportar amostras.

Com os dados existentes, já se sente a entrada de investidores?

Muita. Temos a autorização de promover e disseminar essa informação, por exemplo, em países onde acontecem feiras como Indaba, na África do Sul, na Austrália, no Canadá e como já falei na Organização de Serviços Geológicos de África. Levámos os dados para inserir Angola no mapa único de geologia do continente.

Que investidores de concreto já entraram?

Através da informação do Planageo, temos muitas empresas interessadas no nosso potencial mineiro. Refiro-me a algumas grandes empresas como a Rio Tinto, a Angloame-

“O Igeo só mostra o caminho e não os quantifica. Olhando para o levantamento, concluímos que mais de 80% do país tem ocorrência de recursos minerais.”

rica, Vedanta, LG e tantas outras incluindo também nacionais. Toda a informação é visível através do site e, por essa via, o investidor escolhe a área em que pretende actuar.

Quanto já se gastou com o Planageo?

Em termos de execução física do Planageo estamos com 66%.

O que isso representa financeiramente?

Financeiramente, estamos em 64%, isto é, 159 milhões de dólares, mas todo o plano está orçado em 405 milhões de dólares. O nosso trabalho é macro e indica às empresas as áreas de ocorrência dos recursos minerais. O nosso país tem nove domínios geológicos. Há áreas que apresentam enorme potencial e ali fazemos um trabalho mais apertado para termos mais informação e reduzir o tempo de prospecção até chegar à mina.

Qual é o percurso para se chegar à mineração?

É muito tempo. Aliás, a prospecção tem cinco fases: reconhecimento, descoberta, depósito, avaliação e recurso. O que pretendemos é reduzir o tempo para pelo menos três anos.

Há alguma explicação particular da opção pelos russos para se fazer o levantamento geológico, em detrimento dos portugueses, por exemplo?

Os russos sempre estiveram em Angola também. Por exemplo, o mapa geológico em uso na escala de 1 por um milhão foi feito por eles. Antes da Independência, foram os portugueses, mas depois, os russos. Os sul-africanos também têm essa informação. Todo o trabalho que tem de ser feito tem de ser validado por um ‘competent person’ para dar credibilidade à informação que produzimos. Isso é para dar confiança aos investidores.

Os portugueses estão então de fora?

Quando o Presidente João Lourenço visitou a Rússia, em 2019, o Igeo assinou um protocolo de cooperação com o Serviço Geológico da Rússia como o objectivo de validar os relatórios finais produzidos no âmbito do Planageo. Porque os russos conhecem a geologia de Angola, muitos são velhos, mas ainda trabalham e são reconhecidos no mundo. Eles vão validar os dados do Sul e Sudoeste do país. Estamos a pensar nos portugueses para validar os levantamentos



Perfil

UM GEÓLOGO DE GRANDE PROJEÇÃO

Mestre em ciências geológicas na especialidade de geologia e prospecção de minerais não metálicos pela Universidade de Kiev, na Ucrânia, Canga Xaquivuila responde pelo Igeo desde 2018, mas da sua folha de serviço constam passagem pela Endiama e já foi assistente técnico do presidente do grupo de prospecção da De Beers a nível mundial... Participou em todas as actividades de prospecção feitas pela multinacional sul-africana, desde a fase de reconhecimento até a fase de recursos, especialmente na concessão da Lunda Nordeste, onde finalizou o trabalho de avaliação de recursos do Kimberlito e entregou o processo de reassentamento da vila do Mulepe, num curto período de tempo.

feitos no Norte, Noroeste e Leste do país. Portanto, não contamos só com os russos.

E a cooperação com os chineses?

Quando se concebeu o Planageo, houve um concurso internacional e a China, através da Citic, participou e ganhou a parte Norte e Noroeste. No Sul e Sudoeste estão os espanhóis e portugueses. O Leste ficou com o consórcio brasileiro Costa Negócio. Muitos participaram, mas são esses que melhor se posicionaram. Além disso, a China tem muita experiência na geologia.

Os chineses montaram os laboratórios, mas ainda não certificados...

O processo de acreditação e

certificação do nosso laboratório, inaugurado em 2019, está em curso.

Leva muito tempo?

Não tem tempo. Há procedimentos a cumprir, logo depende. A certificação pode acontecer este ano ou não.

Há ainda quem ponha em causa a fiabilidade dos dados?

O Planageo só mostra o caminho, não a mina. A actividade de prospecção é de muito risco e, para reduzi-lo, investiu-se nesse plano.

O país precisa mesmo de explorar recursos minerais como o petróleo em zonas reservadas como de Okavango/Zambenze?

Nos países evoluídos, extrai-se a

riqueza para melhorar a economia, depois é preciso reabilitar a zona de exploração e o ambiente volta à normalidade. Por isso é que temos de evoluir para que assim também aconteça aqui. De resto, o país tem de se desenvolver.

O Okavango é uma zona turística...

Pode conviver actividade mineira dentro dos parques nacionais. Fui um dos directores da Debeers na Namíbia, fiz a sondagem na faixa de Caprivi, onde os animais passam, e convivem com os mineiros. O essencial é que a mineração não afecte os animais. Logo, pode conviver a mineração e o ambiente. Existe actividade mineira dentro dos parques nacionais.

Insiste-se na mineração, quando o país tem outras riquezas como o sector agrícola?

Temos de saber o que temos no subsolo através da prospecção. Temos de melhorar a nossa economia. O futuro está na mineração.

Mas o petróleo é esgotável?

Temos os minerais do futuro.

Como por exemplo?

Para fabricar baterias dos carros eléctricos precisamos de lítio, o titânio, o cobalto, o níquel, e elementos de terras raras.

Onde temos ocorrências desses recursos em quantidades exploráveis?

O Igeo só mostra o caminho e não os quantifica. Olhando para o levantamento, concluímos que mais de 80% do país tem ocorrência de recursos minerais. Devo, no entanto, acrescentar que temos uma estrutura geológica no Cunene onde pode haver ferro, níquel e temos outra na Huíla com rochas verdes, onde podemos encontrar ouro. Essa estrutura vai até Cabinda. Há outra que vem da Zâmbia que pode ter cobre e titânio. Outra está no Moxico debaixo das areias, com um potencial de cobre e outros metais básicos. Temos uma estrutura de diamante que começa no Lucapa (Lunda-Norte) passa por Bié e vai até ao Namibe. Há ainda um bloco arcaico entre Moxico e Lunda-Sul. Através do mapa radiométrico, conseguimos ver todas as anomalias com minerais que produzem radiação como o urânio, potássio, plutónio que estarão entre Samba Caju (Kwanza-Norte) e Baixa de Kassanje, em Malanje. Mas temos de investigar mais para sabermos com maior aproximação, onde estão os 17 elementos químicos das terras raras.

O que está a acontecer no Longonjo (Huambo)?

A exploração de terras raras. Provavelmente aquela pode vir a ser a primeira mina do país de neodímio, um material raro que também entra no fabrico de carros eléctricos e telefones, portanto na indústria electrónica.

Quando será concluído o mapeamento do território através do Planageo?

A covid-19 atrapalhou. Vamos fazer todo o esforço, para concluirmos o plano ainda este ano.

Economia/Política

PROIBIDA A ENTRADA DE PRODUTOS EM SACOS DE 25 A 50 QUILOS

Distribuidores contestam decisão do Ministério do Comércio

Ministério defende que a medida vai promover a indústria de empacotamento e reduzir custos com a importação.



IMPORTAÇÃO. Governo restringe importação de produtos em sacos grandes com o argumento de estar a incentivar a indústria nacional. Apanhados de surpresa, distribuidores acreditam que a medida vai contra as orientações do Presidente da República e alertam para o risco da criação de monopólios e oligopólios, além da subida de preços.

Por Isabel Dinis

O Ministério do Comércio e Indústria vai restringir a importação de produtos pré-embalados como arroz, açúcar, farinha de trigo, farinha de milho, feijão e

leite em pó em embalagens de 25 a 50 quilos.

A medida consta de um decreto, recentemente aprovado, e começa a vigorar em Junho, destinando-se a todos os agentes comerciais. O documento determina a restrição progressiva da importação de produtos pré-embalados, em particular a pequena embalagem, mas incentiva a importação em granel, obrigando a que os produtos

sejam embalados localmente.

Com a entrada em vigor deste diploma, passará assim a ser licenciada apenas a importação a granel, em 'bigbags', de produtos como açúcar, arroz, farinhas de trigo e de milho, feijão, leite em pó, óleo alimentar, ração animal, sal grosso, sal refinado, semolina de trigo, carnes de porco de vaca, margarinhas e sabão.

ECODIMA CONTRA MEDIDA "IMPOSSÍVEL DE EXECUTAR"
A decisão do Ministério do Comércio e Indústria merece a contestação da Associação de Empresas do Comércio e Distribuição Moderna de Angola (Ecodima), que representa as grandes superfícies e supermercados que são os maiores importadores de produtos alimentares.

Em declarações ao VALOR, o seu presidente, Raul Mateus,

explica que a medida é "completamente impossível" de ser executada até Junho e lembra que, em Angola, vigora uma economia de mercado.

Raul Mateus confessa ter sido "apanhado de surpresa" com esta medida e defende que o Governo devia ter dialogado com parceiros sociais antes de tomar qualquer decisão e de a publicar em Diário da República. "Pensar é fácil, mas executar não é tão fácil", sublinha, alertando para o risco do surgimento de monopólios e oligopólios. "Deviam ter a nossa colaboração para as coisas correrem melhor", critica.

O empresário lembra que o país é membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) e, como tal, não deve restringir a importação "deste ou daquele produto". E alerta ainda para limitação da oferta na execução e alteração de hábitos dos con-

sumidores. "O manuseamento de bens alimentares exige o cumprimento de algumas exigências para não haver contaminações", observa.

INFRACÇÕES GRAVES

Na defesa da medida, o Ministério destaca, no entanto, que será permitida excepcionalmente a importação de arroz e feijão em embalagens de um a cinco quilos; farinhas de trigo e de milho, açúcar, sal, em embalagens de até um quilo; conservas de fruta ou vegetais, em embalagens com peso igual ou inferior a um quilo; leite em pó em embalagens de 1 a 2,2 quilos, e óleo alimentar de um litro.

Produtos como conserva em fruta e vegetal, detergentes em pó e massa de tomate só sofrem restrições a partir de Janeiro do próximo ano.

A acompanhar o decreto, o Ministério avisa que a introdução de produtos que violem estas medidas "constitui uma infracção comercial muito grave". A Administração Geral Tributária (AGT), Polícia Fiscal e a Autoridade Nacional de Inspeção Económica e Segurança Alimentar são as entidades encarregadas de fiscalizar o cumprimento das medidas.

PARA RELANÇAR A INDÚSTRIA

No Facebook, o Ministério justifica a medida como uma forma de incentivar o "relançamento e o fomento da indústria do embalemento e empacotamento de produtos que ainda são importados de forma acabada".

O Governo acredita que a medida "irá gerar importantes ganhos para o país e para a população já que os produ-

A COVID-19 ABRIU NOVAS OPORTUNIDADES para a economia digital, aponta o novo relatório lançado em 20 de Março pela Comissão Económica para África sobre o impacto da pandemia no comércio electrónico em África. O relatório mostra que o sector e a economia digital cresceram consideravelmente ao longo da última década.

tos vão ser importados a preços mais baixos, além de que vai avançar o surgimento de muitas pequenas e médias indústrias de embalagem e logística, geradoras de muitos postos de trabalho”. O documento acrescenta que o país “estará alinhado às melhores práticas internacionais a nível do comércio e distribuição alimentar” e destaca “a poupança de divisas, tanto na compra de produtos, como pelo facto de as operações de embalagem passarem a ser executadas em Angola”.

A Ecodima tem, entretanto, outra leitura e Raul Mateus critica o Ministério por “não seguir, em rigor, aquilo que o próprio Presidente tem orientado para trabalhar e discutir até encontrar uma medida consensual com os parceiros sociais”. O empresário dá o exemplo do óleo alimentar, um dos produtos abrangidos pela medida, mas que para ser embalado precisa de uma refinaria. “Não é só empacotar”, rebate. Mateus admite, em todo o caso, que vai tentar conversar com Ministério do Comércio, argumentando que o Governo “está aberto a negociar”.

UNS CONTRA E OUTROS A FAVOR

Alguns empresários consultados pelo VALOR mostraram-se contra a medida e outros a favor. Um que preferiu o anonimato avisa que qualquer limitação que se coloque à importação de bens faz com que “os preços aumentem ao consumidor final e se criem artificialmente pequenos monopólios”, explica, lembrando que as excepções não foram consideradas para todos os produtos. “São particularmente preocupantes as limitações a nível da carne de vaca, carne de porco e ração animal. São áreas em que a produção nacional é escassa ou mesmo inexistente. Percebe-se a protecção à indústria nacional, é algo que todos apoiamos, mas só se deveria proteger a indústria nacional nos sectores em que a concorrência seja uma realidade, como no das bebidas, por exemplo”, compara.

O presidente da Câmara de Comércio Angola/RDC, Jó Mpiassa, por sua vez, aplaude a medida e acredita que Angola terá capacidade para empacotar e embalar produtos. Para o empresário, “é tudo uma questão de organização para que as coisas corram bem”.

PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2021

Estados Unidos estima petróleo nos 58 USD



CRUDE. Previsões colocam receitas petrolíferas angolanas em cerca de 6 biliões de kwanzas, mais 1,94 biliões face aos 4,06 biliões projectados no OGE 2021, elaborado com preço de referência de 39 dólares.

Por Redacção

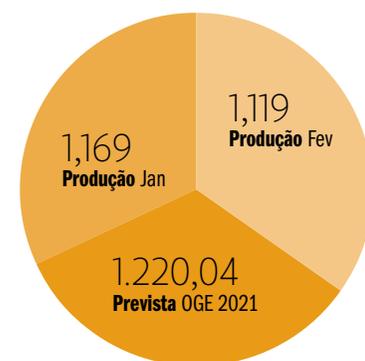
A administração americana de informação energética (EIA) calcula que o preço médio do petróleo, no segundo semestre do ano, será de 58 dólares, com base no surgimento de “pressões descendentes”, à medida que o mercado do ‘ouro negro’ se torna mais equilibrado.

Para Março e Abril, a agência espera que os preços do Brent fiquem, em média, entre 65 e 70 dólares, 10 dólares acima da sua previsão do Janeiro. Em Fevereiro, os preços médios ficaram ligeiramente abaixo, com a agência a colocá-los nos 62 dólares, um aumento de 8 dólares em relação à média de Janeiro e de 7 dólares em relação a Fevereiro de 2020.

Assim sendo, após excedente verificado nas receitas petrolíferas nos primeiros dois meses do ano, as previsões indicam que a tendência se mantenha até ao final do ano. O OGE 2021 foi elaborado com referência de 39 dólares por barril, estimando-se receitas globais de 4,06 biliões de kwanzas com produção média de 1.220,04 mil barris/dia. Caso as previsões da agência se efectivem, as receitas petrolíferas poderão chegar próximo dos 6 biliões de kwanzas, admitindo que o país atinja também a produção projectada.

EQUILÍBRIO DO MERCADO Nos cálculos para o equilíbrio do mercado, a agência americana aponta o fim do corte voluntário de 1 milhão de barris/dia da Ará-

Produção prevista versus produção alcançada



bia Saudita, assim como o relaxamento dos cortes do acordo OPEP+ que foram estendidos até Abril na última reunião 4 de Março.

“Esta previsão assume que a OPEP produzirá 27,9 milhões de b/d em média no segundo semestre de 2021”, escreve a agência no sua ‘Perspectiva de Energia de Curto Prazo (STEO)’, referente a Março, estimando que “a produção de petróleo bruto da OPEP seja em média 25,3 milhões de barris por dia Abril, o que é semelhante à produção esperada para Março e abaixo de 1,6 milhões de b/d da previsão da EIA para a produção da OPEP Abril no STEO do mês passado”. A previsão para Maio é 26,6 milhões b/d.

A agência norte-americana, entretanto, mostra-se mais optimista que a OPEP, em relação à procura, ao estimar um consumo global de petróleo e combustíveis líquidos na ordem dos 97,5 milhões b/d, em média, para todo o ano de 2021, enquanto a OPEP, no seu relatório mensal, estimou em 96,3 milhões de barris por dia a procura média total, com a maior parte do consumo a registar-se no segundo semestre.

Economia/Política



Instituições internacionais em parceria com a Ucan discutem economia angolana em webinar

ESPECIALISTA DISCUTEM ECONOMIA ANGOLANA

Os dias seguintes depois do boom do petróleo e da pandemia

ANÁLISE. Escapar à petro-dependência, restaurar a sustentabilidade externa e fiscal, iniciando uma diversificação económica sólida, liderada pelo sector privado, entre as estratégias para ultrapassar a profunda crise económica e social que o país atravessa.

Por Mario Paiva

Angola, do boom económico a uma economia pós-petróleo' foi o tema da primeira sessão de webinars no âmbito da pesquisa sobre as recentes transformações que o país experimentou, promovida pela Norwegian Church Aid e a Universidade Católica de Angola (Ucan). O webinar, realizado a 11 de Março sob moderação do académico Ricardo Soares de Oliveira, da universidade de Oxford, contou com a participação de vários especialistas da área económica.

“GOVERNO NÃO DEVE APOSTAR MUITO NOS HIDROCARBONETOS”
Para Benjamim Auge, pesquisador do IFRI (Instituto Francês de Relações Internacionais), que abordou o tema da exploração petrolífera em

Angola e o futuro próximo, parecem distantes os tempos da era do Presidente José Eduardo, marcados por desenvolvimentos de grandes projectos de exploração do bruto em Angola, sobretudo durante a denominada década dourada, situada mais ou menos entre 2002-2015, quando a produção praticamente duplicou, fruto da situação de paz e estabilidade política.

Uma situação que, segundo Bernard Auge, se deteriorou gravemente em 2016 com uma descida sistemática do PIB em 2016, tendo a produção petrolífera passado de 1.8 milhões b/d em 2015 para 1.2 milhões b/d actualmente.

O Executivo de João Lourenço, face ao agravamento da crise económica e financeira e à derrapagem das reservas internacionais, viu-se constrangido a recorrer aos doadores internacionais, sendo digno de nota o empréstimo de 7,7 mil milhões de dólares concedido pelo FMI em 2018.

O grupo gaulês Total viria a desatar-se com aquisição de vários novos blocos, chegando a alcançar 45% da produção e entra para o downstream. O grupo italiano ENI e a Equinor demonstraram igualmente interesse em continuar a investir.

Bernard Auge exibiu no webinar um quadro nada animador sobre o declínio da produção petrolífera, a pertinência de novos investimentos e os próximos cenários da exploração petrolífera.

O especialista do IFRI salienta alguns desenvolvimentos que ocorreram desde 2017 no início da era Lourenço: uma mudança notória do paradigma forçada pela dramática situação de crise patente numa maior abertura negocial com as empresas do sector, em matérias como o conteúdo local, questões fiscais e outras.

Para Auge, a nova arquitectura organizacional do sector petrolífero “permite uma melhor partilha de poder entre os diferentes actores, com a criação de uma órgão regulador (ANPG) – para retirar poder decisório a Sonangol e a nomeação de tecnocratas no topo de instituições e não apenas homens do partido governamental, ainda que estes continuem” em altos cargos.

Na mesma linha de pensamento estaria a hierarquia actual do sector petrolífero, onde teoricamente o titular da pasta tem a cargo o próprio sector, aparentemente retirando o poder ao sistema anterior da era dos antigos PCA da Sonangol. Uma posição que parece não ser acompanhada por outros especia-

Mais de um terço (35%) dos angolanos viveu em situação de “pobreza extrema” durante o ano de 2018, ou seja, ficaram “frequentemente” ou “sempre” privados de alimentos, água potável, assistência médica e medicamentosa...

listas que acreditam continuarem a estar as grandes decisões nesta matéria dependentes do mais alto nível de decisão política.

Auge interroga-se depois sobre a viabilidade dos projectos da refinaria de Cabinda e Lobito, num contexto de dificuldades de captação de investidores.

Em resumo, o especialista do IFRI não augura tempos áureos para o futuro imediato do sector petrolífero em Angola: “parece altamente improvável que a Sonangol alguma vez volte a atingir o pico de 2015 com 1.8 milhões b/d, podendo situar-se mesmo abaixo do 1 milhão b/d dentro dos próximos anos se não forem concretizadas descobertas de vulto tão cedo”, num ambiente em que não se sabe ainda muito bem o que almejam algumas das maiores majors no contexto pós-covid-19.

POBREZA

Mais de um terço (35%) dos angolanos viveu em situação de “pobreza extrema” durante o ano de 2018, ou seja, ficaram “frequentemente” ou “sempre” privados de alimentos, água potável, assistência médica e medicamentosa, combustível para cozinhar e salários ou outros rendimentos. A mesma situação foi mais crítica nas zonas rurais (46%), contra 30% nas zonas urbanas, nas regiões Leste (51%) e Sul (41%) em 2018.

Estes dados foram referidos no webinar por Carlos Pacatolo, economista e investigador principal, que apresentou um estudo realizado pela ONG Ovilongwa para o AfroBarometer, uma instituição pan-africana de pesquisas económico-sociais na sequência de um inquérito realizado em Angola de 27 de Novembro a 27 de Dezembro de 2019. Condições que seguramente se agravaram na pós-pandemia.

Na sua apresentação intitulada ‘Pobreza como privação de direitos sociais de cidadania em Angola’, baseada no round 8 da pesquisa do Afrobarometer, aquele académico acrescenta que “apenas um em cada 10 angolanos residentes nas zonas rurais (15%) tem acesso a energia eléctrica da rede pública contra 74% dos residentes das zonas urbanas”. Na região leste, a ligação beneficiava, à data, apenas 37% da população contra 54% a nível nacional – confirmando as endémicas assimetrias.

A maioria dos angolanos em situação de pobreza extrema enfrenta muitas dificuldades no acesso aos serviços públicos tais como assistência policial (68%), atendimento médico e medicamentoso (65%),

emissão de documento de identificação pessoal (65%) e oferta de escola pública (55%).

Ao analisar o item ‘privação de bens essenciais’ naquele período, que inclui no seio familiar a ausência frequente de comida para comer, água limpa suficiente para uso doméstico, medicamentos ou tratamentos médicos, combustível suficiente para cozinhar comida, ficar sem salário ou outro rendimento – a pesquisa revelou que, além dos 35% da população em extrema pobreza, 34% encontravam-se em pobreza moderada, 23% em pobreza moderada, com apenas 7% na categoria sem pobreza. Em resumo, mais de metade da população angolana atravessa situações de pobreza extrema e moderada. Se juntarmos os 7% de baixo nível de pobreza temos verdadeiramente um oceano de miséria e ilhas de riqueza.

Do ponto de vista da distribuição da pobreza por região e área de residência novamente as grandes assimetrias: 46% de extrema pobreza no meio rural contra 30% no meio urbano; 28% de pobreza moderada no primeiro meio contra 37% no segundo; e 19% de pobreza mode-

rada no meio rural contra 25% nas cidades, sendo que o nível dos sem pobreza se apresentava com igual valor de 7%.

O Leste com 50% de extrema pobreza e 28% de pobreza moderada e 18% de baixa pobreza, aliado ao Sul com 41% na primeira categoria, 41% na segunda e 11% na terceira – dão também um retrato fiel das assimetrias regionais. No Centro, Sul e Norte, a extrema pobreza e a pobreza moderada ultrapassam uma média de 70%. A capital Luanda, com 27% de população extremamente pobre, 35% em pobreza moderada e 29% em baixa pobreza, possui 9% sem pobreza. Nesta última categoria Luanda empata com o Norte, seguida do Centro-norte (8%), Centro (7%), Sul (6%). O Leste, com 3%, tem menos pessoas sem pobreza. A região de Cabinda apenas, com 27% da população em extrema pobreza, 39% em pobreza moderada, 29% em baixa pobreza, tem apenas 5% sem pobreza.

Capatolo revelou igualmente a face feminina da desigualdade na educação e ensino: a maioria das mulheres não tem educação for-

mal ou tem apenas o ensino primário, tendo pouco poder de decisão financeira sobre os gastos da família comparativamente aos homens. Um cenário desproporcional que se repete quando se aborda a participação em actividades cívicas ou políticas.

Refira-se que esta pesquisa da Afrobarometer realizada pela Ovilongwa com entrevistas ‘face-to-face’ na língua de escolha do entrevistado utilizou uma amostra de 2.400 pessoas com 18 anos ou mais, possuindo uma margem de erro de cerca de 2 pontos percentuais e um nível de confiança de 95%.

O economista Carlos Rosado de Carvalho, ao dissecar o tecido económico nacional e sua evolução, aludiu, entre outros aspectos, as dramáticas oscilações do Produto Interno Bruto (PIB) que a preços correntes chegou a atingir os 146 milhões USD em 2014 para ir caindo vertiginosa e sucessivamente nos seguintes, baixando para menos de metade daquele valor em 2020.

Rosado, que abordava o painel sobre ‘A economia do petróleo em fase terminal? Pensando na tran-

sição para uma Angola pós-petróleo’ realçou ainda a histórica relação entre os períodos de maior pico do PIB e o preço do barril de Brent, que como se sabe ultrapassou a barreira psicológica dos 100 USD/b no dealbar da primeira década deste século para a partir de 2015 cair também pela metade, um traço revelador do perfil de petro-dependência do país. Com efeito, referiu o académico, o sector petrolífero continua a ser o que mais gera riqueza no país: 96% das exportações e metade das receitas públicas.

O regresso daquilo que denominou «défices gémeos» - orçamental e externo, a contínua queda da moeda nacional Kwanza face ao dólar norte-americano, chegando a taxa de câmbio do BNA a aproximar-se dos 700 kz/USD e a informal dos 800 kz/USD mais recentemente, com a persistente alta da inflação.

Angola continua entre os 20 piores ambientes de negócios do mundo no ranking Doing Business/Banco Mundial estando na posição geral no lugar 173 entre 190 países em 2019 e 177 em 2020. Continua também entre os cinco países menos competitivos do mundo no geral – lugar 137 entre 140 países – em 2018 e 136 em 140 no ano de 2020.

Para o economista a estratégia para superar a crise baseada nos objectivos do programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) inclui a restauração da sustentabilidade externa e fiscal, lançando as bases para a diversificação económica encabeçada pelo sector privado.

Consolidação fiscal na mira da sustentabilidade da dívida; flexibilização cambial visando a recuperação da competitividade; política monetária orientada para a redução da inflação; fortalecimento do sistema bancário; melhoria do ambiente de negócios; actualização do quadro legal de combate ao branqueamento de capital e ao financiamento do terrorismo, assim como reforço das práticas de boa governação – constituem os pilares básicos do programa, segundo Rosado. O economista não deixou de enfatizar um dos temas críticos recorrente nas suas intervenções públicas, patente no grande fosso existente nas fatias alocadas nas despesas (percentual sem amortizações) do OGE entre os sectores da defesa (18,8%) e educação/saúde (13-9%) em 2019 por um lado, e por outro entre a casa de segurança da presidência (0,8% em 2019) versus os órgãos judiciais (0,3% em 2019).

Indicadores económicos de Angola

Dados actuais e previsões

Visão Geral	Último	Referência	Anterior	Intervalo de tolerância	Periodicidade	
Taxa de Crescimento do PIB	2.7	2020-09	-6.8	-8.9 : 23.2	Trimestral	
PIB Taxa De Crescimento Anual	-5.8	2020-09	-8.3	-12.3 : 23.2	Trimestral	
Taxa de Desemprego	30.6	2020-12	34	19.9 : 35	Trimestral	
Taxa De Inflação	24.85	2021-02	24.41	6.89 : 241	Mensal	
Taxa De Inflação (Mensal)	2.07	2021-02	1.5	0.41 : 4.26	Mensal	
Taxa De Juros	15.5	2021-02	15.5	8.75 : 150	Diariamente	
Balança Comercial	1343	2020-06	4055	958 : 42932	Trimestral	
Transações Correntes	-134	2020-12	5137	-10273 : 13841	Anual	
Transações Correntes (% PIB)	6.1	2019-12	6.9	-28.1 : 22.1	Anual	
Dívida Pública (% PIB)	111	2019-12	80.5	16.1 : 111	Anual	
Saldo Orçamental (% PIB)	-0.7	2019-12	-2.8	-7 : 11.4	Anual	
Confiança do Empresário	-24	2020-09	-21	-34 : 31	Trimestral	
Imposto para Empresas	30	2020-12	30	30 : 35	Anual	
Imposto de Renda da Pessoa Física	17	2020-12	17	15 : 17	Anual	
Casos de coronavírus	21696	2021-03	21642	0 : 21696	Diariamente	
Mortes por Coronavírus	527	2021-03	526	0 : 527	Diariamente	
Coronavírus recuperado	20032	2021-03	20028	0 : 20032	Diariamente	

Mercados & Negócios

FLÁVIO INOCÊNCIO APONTA QUESTÕES DE TRANSPARÊNCIA

Analista questiona modelo de privatização do BCI

BANCA. Em causa, a opção por venda de forma indivisível a totalidade das participações e a limitação para apenas cinco candidaturas. Igape promete esclarecer as dúvidas em conferência de imprensa nos próximos dias.



Jorge Leão Peres, economista

Flávio Inocêncio, jurista

Por Gil Lucamba

O anúncio da venda do Banco de Comércio e Indústria (BCI), através de leilão em bolsa dirigido a um número reduzido de candidatos pré-qualificados, levanta questões sobre a transparência do negócio, segundo analistas consultados pelo VALOR.

O Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (Igape) deu início, a 18 de Março, ao processo de privatização integral do BCI, com a totalidades das acções a serem leiloadas em bloco indivisível, no âmbito do Programa de Privatizações (Propriv), num processo em que o Standard Bank Angola e o The Standard Bank of

South Africa Limited intervêm como assessores.

Flávio Inocêncio, jurista e professor universitário, considera que “o instrumento correcto” para a venda deste activo do Estado seria uma Oferta Pública de Venda (OPV) para todos os potenciais investidores e não a um reduzido número. “Vejo aqui uma confusão de instrumentos jurídicos. Uma OPV não é um concurso limitado, por isso não concordo com esta solução”. “Se era para dispersar o capital em bolsa, porquê um leilão?”, questiona.

Sobre o facto da privatização que será feita através de leilão em bolsa, o jurista alertou para o facto de a Bodiva ter “pouca liquidez” e “essencialmente” negociar dívida pública.

Detido pelo Tesouro Nacional (98,92%), Sonangol, Ensa, Porto de Luanda e Taag (com 0,19% cada um), Endiama, Tcul, Cerval, Angola Telecom (0,08% cada um) e pela Bolama (0,01%), o BCI foi constituído em Agosto de 1991 e está presente nas 18 províncias.

Em 2019, registou resultado líquido negativo de 26,1 mil milhões de kwanzas e em 2020, para sua recapitalização, o Estado injectou 30 mil milhões de kwanzas.

Partindo do princípio de que o BCI tem uma valorização “muito reduzida” com um passivo “muito superior” ao dos activos, Flávio Inocêncio entende ser melhor solução uma fusão com um outro banco nacional (com o Estado assumindo os passivos), concurso público internacional ou liquidação.

O economista Leão Perez, por sua vez, considera que a venda de 100% das acções em bloco indivisível tem os prós e contras.

A vantagem, refere, é que poderá haver maior solidez na governação corporativa. Mas nota que, com a dispersão de capitais, o controlo é mais equilibrado, ou seja, “não há sobreposição de uma única vontade”.

Sobre a viabilidade do negócio, segundo Perez, que já exerceu funções na administração do banco, só a avaliação patrimonial pode dizer.

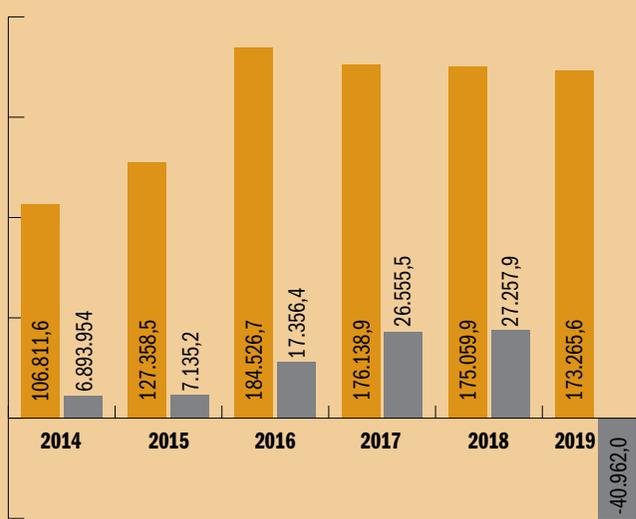
“Se o valor da venda for superior ao valor patrimonial tem valia. Normalmente, quando se coloca à venda um determinado bem, é sempre na perspectiva de ter mais-valia, ninguém vai vender para ter prejuízo. Espero que assim seja”, sublinha.

Contactado pelo VALOR, o Igape não respondeu às questões colocadas, prometendo fazê-lo numa conferência de imprensa, prevista para 31 de Março.

PRINCIPAIS INDICADORES

Montantes expressos em Milhões de AKZ

● Activo total ● Fundos próprios



CELEBRA-SE A 22 DE MARÇO, Dia Mundial da Água com as Nações Unidas a pedirem que os recursos hídricos sejam valorizados numa perspectiva individual e a assinalar que a escassez de água está entre os maiores riscos socio-económicos mundiais. Dados indicam que apenas 52 por cento da população angolana tem acesso à água potável.



INVESTIDOR LIBANÊS EXCLUÍDO PELO BANCO DE PORTUGAL

Candidatos à compra do Eurobic devem apresentar proposta até Junho

BANCA. Seleccionados vão agora ter acesso ao 'dataroom' do banco para analisar melhor a situação financeira da instituição. Na restrita lista escolhida pelos accionistas, nota-se a ausência de Roger Tamraz, o investidor libanês que, em 2020, prometeu pagar os 42,5% de Isabel dos Santos.

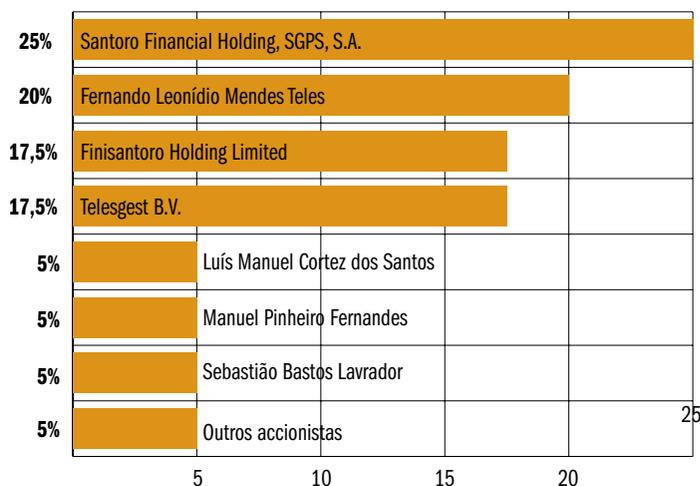
Por César Silveira

Os cinco pré-seleccionados, entre as mais de duas dezenas de intenções na compra do banco português de capitais angolanos (Eurobic), têm, até Junho, para

apresentar as propostas vinculativas. O Novo Banco, o Banco CTT, os fundos americanos Apollo e JC Flowers, além do espanhol Abanca, que foi um dos primeiros a manifestar interesse na aquisição do banco, são os candidatos que chegam à fase de apresentação de propostas.

Os cinco terão agora acesso ao 'dataroom' do Eurobic para analisar melhor a situação financeira da instituição. Uma fase pela qual

Estrutura accionista do EuroBic



a Abanca já tinha passado, uma vez que as negociações estavam bem avançadas, tendo sido interrompidas apenas por desacordo no valor a pagar.

Com fundos próprios avaliados em cerca de 570 milhões de euros, este é o valor considerado

ideal pelos accionistas do banco, estimando que, se se estivesse em bom momento, valeria entre 1,3 e 1,4 mil milhões de dólares. “Mas dentro do menos não pode ser o que o Abanca ofereceu no final, eles queriam um preço muito baixo e nós não aceitámos”, argumentou,

em Outubro de 2020, ao VALOR Fernando Teles, que é o segundo maior accionista do banco.

O banqueiro, entretanto, em diversas ocasiões, assumiu poder reforçar a sua posição no banco em caso de não aparecer uma proposta que, “para além de ser boa para os accionistas, também seja para o Banco de Portugal e o Banco Central Europeu”.

Na lista dos pré-seleccionados, entretanto, salta à vista a ausência do investidor Roger Tamraz que, em Outubro de 2020, terá assinado um acordo para a compra dos 42,5% da empresária Isabel dos Santos e negociava com outros accionistas, visto que tencionava tornar-se accionista maioritário. O VALOR sabe que a ausência se deve à recusa do Banco de Portugal que considera “não credível” o empresário libanês, que estava disposto a pagar 143 milhões por 47,7% das participações.

Resultante do investimento dos accionistas do Banco BIC Angola, o Banco BIC português iniciou actividades em 2008 e, em 2014, adquiriu ao estado português o BPN por 40 milhões de euros, operação que permitiu a sua expansão. Em Julho de 2017, foi obrigado a mudar de nome, adoptando a designação Eurobic devido ao conflito de marcas com o Banco de Investimento Global, BIG. Completam a estrutura do banco Luís Cortez dos Santos, Manuel Pinheiro Fernandes e Sebastião Bastos Lavrador, todos com 5%, igual participação reservada a um grupo que aparece designado como outros.

No primeiro semestre de 2020, o banco teve lucro de 410 mil euros.

Mercados & Negócios

NOVA DIRECÇÃO REDEFINE ESTRATÉGIA

ENCIB relança-se com os olhos no mercado

CONSTRUÇÃO. Empresa pública diz-se mergulhada em dívidas, mas traça novos caminhos para “a sustentabilidade financeira”.

Por Guilherme Francisco

A nova direcção da Empresa Nacional de Construção de Infra-estruturas Básicas (Encib) queixa-se de ter recebido a empresa com “elevadas dívidas”, em que se incluem obrigações fiscais, compromissos com fornecedores e um acumulado de 200 milhões de kwanzas com a Segurança Social.

À frente da empresa desde este ano, Laurindo Tchoia admite, no entanto, que a Encib está “em fase de recuperação”, pelo que já projecta colocá-la entre as mais competitivas do sector e torná-la “financeiramente sustentável”, apesar da conjuntura económica agravada

MEMORIZE

- Criada em 1978, a ENCIB é afectada ao Governo Provincial de Luanda, tem a responsabilidade de conservar e executar as obras sob direcção do GPL, sobretudo estradas.

pela pandemia da covid-19. “A Encib, como qualquer empresa do sector empresarial público, tem gestão autónoma e vive de recursos próprios. Quero dizer, com isso, que não beneficia do OGE para suportar as despesas. Com base neste pressuposto, ela deve, por todas as vias legais, procurar captar negócios e providenciar a sustentabilidade financeira”, explica Laurindo Tchoia, apontando o estreitamento

da relação com os parceiros entre as prioridades, além do reforço de recursos humanos, a melhoria dos processos internos e do parque de máquinas. O director da Encib espera ainda terceirizar serviços que não façam parte do objecto social da empresa, optando pela subcontratação de acordo com as empreitadas.

Garantindo a manutenção dos actuais menos de 100 trabalhadores, Tchoia aponta o dedo à gestão anterior “pelo estado” em que deixou a empresa. “Há muito que não se ouvia falar da empresa, abria-se a possibilidade de extinção. Não se deu lugar à mudança estrutural para o sector empresarial público com as regras e filosofia inerente. Viveu-se da conexão intrínseca das obras do estado, sem uma agenda para o mercado como meio de encontrar oportunidades”, crítica.



Nova direcção está apostada em relançar a empresa afectada ao Governo Provincial de Luanda

ENDE SEM PRAZOS

Fim da cobrança por estimativa

A modalidade de pagamento por estimativa, pelo consumo de energia eléctrica, está longe de terminar, apesar de bastante contestada pelos consumidores que apelam para a expansão do modelo pré-pago.

A Ende explica, no entanto, que o alargamento do sistema pós-pago a mais clientes depende da instalação da fábrica de contadores em Angola, processo já iniciado em 2020, na Zona Eco-

nómica Especial, e que deve estar concluído este ano

De acordo com dados da empresa, dos 1.700 mil clientes, apenas 652.366 estão no sistema pré-pago, cerca de 38,3%. Quanto ao do sistema pós-pago, 16% não tem contadores.

Sobre as preocupações dos consumidores, a Ende explica que os clientes estão estratificados por categorias, cada uma com um coeficiente tarifário. “Estão seg-

mentados por categorias de tarifa nomeadamente: baixa tensão doméstica social I; baixa tensão doméstica social II; baixa tensão doméstica monofásica; baixa tensão doméstica trifásica; baixa tensão iluminação pública; baixa tensão comércio e serviço; baixa tensão indústria; média tensão comércio e serviço; média tensão indústria; alta tensão Indústria”.

De acordo com a empresa, na tabela em vigor desde

2019, foi estabelecido um valor fixo mensal de 100 kwanzas, a partir da categoria monofásica, valor que é multiplicado pela potência contratada que vai de 1Kva a 9,9 Kva, para os domésticos.

Já no sector industrial, o preço do kwh, de 7,05 kwanzas, passou para 12,83 kwanzas, aumento que, para muitos empresários, não estimula a produção e a produtividade das empresas.

**PLANO
BOSS**

O BOSS É QUEM MANDA

O futuro é agora

**PACOTES DE
VOZ, INTERNET
E/OU SMS**

PERSONALIZADOS
POR EMPRESA
E UTILIZADOR

**PARTILHA
DE UTTS
E CHAMADAS
GRÁTIS**

DENTRO DO GRUPO

**500 SMS +
25MB/MÊS
GRÁTIS**

PARA CADA MEMBRO

LINHA DE APOIO
A EMPRESAS

19 300

www.unitel.ao

 **UNITEL**
EMPRESAS



DE JURE



Mário Nijeres © VE

ARTIGO 176 VAI RETIRAR SOBERANIA DOS MAGISTRADOS

Juristas divergem sobre proposta de revisão da CRA

CONSTITUIÇÃO. Associação dos Juristas de Angola, denuncia pretensão uma verdadeira desestruturação do sistema judicial. Juristas consultados pelo VALOR defendem, por um lado, que os juízes não podem ser minimizados e que o poder judicial pode ser fragilizado, enquanto, por outro, que a proposta de revisão da Constituição “não ofende o Estado de direito”.

Por Redação

Ao retirar a soberania, os juízes são transformados em funcionários públicos, sujeitos a ordens e instruções superiores. Este é o entendimento de Tatiana Aço, vice-presidente da Associação dos Juristas de Angola (AJA), que insiste em contestar a proposta de revisão da Constituição, no que ao poder judicial diz respeito.

Em reacção à proposta de revisão constitucional apresentada pelo Presidente da República, a AJA classificou a iniciativa de “vergonhoso recuo do Estado democrático”. O ponto da discórdia está nas alterações do capítulo sobre o Poder Judicial e, numa nota, a AJA repudia a ideia e afirma que foi com preocupação que os membros tomaram contacto com as

alterações sobre o Poder Judicial. Para os juízes, a pretensão de se introduzirem novos números visam uma verdadeira desestruturação do sistema judicial.

“Já imaginou um juiz que está sujeito a ordens e instruções superiores, e perante estas, o ordenante pode ter um entendimento discricionário, que é uma margem que resulta da lei, o que pode dar lugar ao enfraquecimento do poder judicial”, justificou Tatiana Aço, que acrescenta que é de extrema importância que a sociedade entenda as razões do repúdio dos magistrados.

O jurista Manuel Pinheiro concorda com a posição defendida pela AJA e reforça que “os juízes não podem ser minimizados”.

“Do ponto de vista jurídico-constitucional, os juízes não podem deixar de ser órgão de soberania”, reitera, comparando, por um lado, que se os comandantes militares – o Exército – defendem o país do ponto de vista territorial, por outro,

os juízes defendem-no do ponto de vista do direito”. O que quer dizer, prossegue o jurista, entre o Direito e o Exército, “os tribunais estão em primeiro lugar”.

Opinião diferente tem o jurista Albano Pedro, que explica que “o único órgão que pode limitar a iniciativa do Presidente da República de revisar a Constituição é a própria CRA. O também académico acrescenta que uma mera iniciativa “não deve ser confundida com a lei de revisão constitucional” que merece a aprovação da Assembleia Nacional. “Parece-me que, neste aspecto, o Presidente cumpriu com todos os formalismos que a Constituição manda. Trata-se de uma mera proposta que vai ser discutida e ter um formato final. Só depois de aprovada é que poderão colocar as questões que se impuserem”, defende.

A proposta de revisão da Constituição feita por João Lourenço, segundo Albano Pedro, ao contrário do que ‘sugere’ a AJA, “não ofende

entre os vários aspectos previstos na Constituição, que esta questão reivindicada pelos juízes esteja nos limites materiais”, explica Pedro, reiterando que “a ideia agora é que os juízes deixem de ter protecção soberana como tinham anteriormente”.

[Os juízes] eram intocáveis, não podiam ser incriminados por uma ou outra razão. Doravante, já não são os juízes os protegidos, mas sim a decisão que eles tomam é que passa a ser soberana”, remata.

PROPOSTA APROVADA

A proposta de revisão pontual da Constituição da República já foi aprovada na quinta-feira (18), na generalidade, e passou com 157 votos a favor do MPLA, da Casa-CE, do PRS e FNLA. A Unita e os deputados independentes abstiveram-se.

Na apresentação da proposta de revisão pontual da Constituição da República de Angola, por solicitação, no início deste mês, do Presidente Lourenço, o chefe da Casa Civil do PR afastou a intenção de se adiarem as eleições gerais de 2022.

Adão de Almeida frisou que a proposta não prevê aumentar os poderes constitucionais do Presidente da República, tão-pouco estender o seu mandato.

Nas declarações de voto, o presidente do grupo parlamentar do MPLA, disse que, com o voto de abstenção, que para a sua bancada parlamentar significa um voto contra, “tendo em conta a dimensão do assunto, que é a lei mãe, que não satisfaz nenhum partido político, mas toda a nação e todas as instituições”, a Unita “demonstrou claramente aos angolanos que é um partido que parece não honrar a sua palavra”.

Américo Kuononoka referiu que nenhuma Constituição é perfeita, mas também não existem constituições erradas, considerando que a lei angolana “deve ser uma das melhores do mundo”.

O líder do grupo parlamentar da Unita, Liberty Chiaka, criticou que a proposta de revisão constitucional não tenha sido antecedida de uma ampla auscultação da sociedade e das organizações políticas mais representativas.

A proposta de revisão Constitucional da República de Angola foi submetida à Comissão de Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional, para a elaboração do Projecto de Lei de Revisão Constitucional para discussão na especialidade e aprovação em plenária.

MEMORIZE

- Os magistrados consideram que esta fragmentação e fragilização vai enfraquecer ainda mais os tribunais. No capítulo 4 sobre o Poder Judicial, João Lourenço propõe alterar o artigo 176 sobre o sistema jurisdicional para alterar a ordem de precedências entre o Tribunal Constitucional e o Tribunal Supremo. Na proposta, o Tribunal Supremo passa a ter precedência hierárquica e protocolar face aos demais tribunais superiores.

o Estado de direito”. “O PR cumpriu o limite relativo ao formalismo, uma vez que a Constituição diz que a proposta de alteração pode ser feita pelos deputados ou pelo Presidente da República, ele tem competência para o fazer, e fê-lo. Não me parece,

A TENDÊNCIA É ANTIGA MAIS GANHOU FORÇA NOS ÚLTIMOS MESES

Estrelas da NBA investem em start-ups

DESPORTO. Os superatletas cada vez mais saem do estereótipo do desportista que ganha só enquanto joga e constroem carteiras com portfólios de investimento diversificado que multiplicam as suas fontes de rendimento e lhes asseguram reformas ainda mais confortáveis.

Por Redacção

Se antigamente os gigantes da NBA investiam em marcas de desporto, restaurantes e bebidas, ultimamente as tecnológicas de Silicon Valley estão no topo das atenções.

O investimento de estrelas da NBA em tecnológicas não é novo, em 2016 já se ouvia falar da tendência associada a nomes de estrelas como Kobe Bryant, Carmelo Anthony, André Iguodala,

entre outros. No entanto, nos últimos dois meses sete atletas da NBA reforçaram ou iniciaram posições em tecnológicas de Silicon Valley. Entre os nomes mais sonantes estão Kevin Durant, James Harden, Russel Westbrook que se juntam a outros como LeBron James e Steph Curry.

Contam todos com o apoio de especialistas que os direccionam para os melhores investimentos e a proximidade de algumas equipas com a cidade tecnológica mais famosa do mundo e que viu nascer fenómenos como a Microsoft e a Apple, foi um factor decisivo que os expôs a um ambiente e a pessoas que os direccionaram para inves-

timentos lucrativos em startups tecnológicas.

Kevin Durant por exemplo investiu numa aplicação de entregas de comida chamada Postmates que foi adquirida pela Uber no ano passado por 2.65 mil milhões de USD. Durant investiu desde a Postmates na aplicação Whoop que faz o registo de fitness, na Brigit de investimentos, noutra de leilões e ainda na Therabody que desenvolveu a ferramenta de massagem Theragun, empresa que conta também com o investimento de James Harden e de Pau Gasol.

Os atletas citam a proximidade da reforma como um dos

factores decisivos que os levam a investir em startups que facilmente geram lucros fabulosos. No entanto é o legado de estrelas como Michael Jordam e Magic Johnson que se tornaram referências empresariais depois da reforma, e que estabeleceram o exemplo a seguir.

Kyle Lowry, jogador dos Toronto Raptors, que conta 14 anos de liga, diz que o investimento de atletas afroamericanos tem também o objectivo de incentivar à diversidade no comando das empresas que vão crescer nas próximas décadas. “trata-se de criar riqueza geracional e quebrar barreiras sistémicas a afroamericanos”.

Estrelas da NBA que investem em start-ups



1
RUSSELL WESTBROOK
Washington Wizards
• Varo Bank – Banco Online
• Flow – Água alcalina

2
DRAYMOND GREEN
Sacramento Kings
• Smile Direct Club – tele-dentista
• Rumble Boxing – aulas de fitness online
• James's Uninterrupted – Marca de LeBron James

3
CARMELO ANTHONY
Portland Blazers
• Lyft – Aplicação de táxis
• Casper – Produtos para sono

4
JAMES HARDEN
Brooklyn Nets
• Therabody – Aparelho de massagens
• Pura – Fragrâncias para casa

5
KEVIN LOVE
Cleveland Cavaliers
• Coa – Aplicação de terapia
• Vejo – Misturadora

6
STEPH CURRY
Warriors
• Literati – Subscrição de livros
• Tonal – Aplicação de fitness
• Pinterest – Aplicação de preferências

(In)formalizando

AAIM SERÁ PROCLAMADA ESTA SEMANA

Associação quer promover inclusão financeira e combate à pobreza

MICROFINANÇAS. Associação Angolana das Instituições de Microfinanças quer dinamizar o acesso ao microcrédito, micropoupanças e tornar o microsseguro uma realidade. Presidente Hélder Catombela espera boa vontade do executivo no fomento das microfinanças. AAIM vai ser tornada pública esta semana.

Por Guilherme Francisco

O presidente da Associação Angolana das Instituições de Microfinanças (AAIM), Hélder Catombela, defende o fomento de microfinanças por dispor de uma gama de soluções financeiras cujo foco principal é o segmento populacional com baixo poder de compra. Uma solução, acredita o dirigente associativo, que proporciona a redução da pobreza e a promoção da inclusão financeira. “Angola é classificada como estando no leque de países em vias de desenvolvimento e, por isso, são perceptíveis as dificuldades de natureza diversa, com realce para as do âmbito socioeconómico.

Esta realidade leva a que a indústria de microfinanças, por vocação e responsabilidade, assuma papel e acção preponderantes no processo de alavancar as actividades geradoras de rendimento e potenciem a melhoria da qualidade de vida das famílias, mormente as mais carenciadas”, advoga.

O líder associativo lamenta a carência de instrumentos que dinamizem o funcionamento dos operadores, de forma a facilitar o acesso dos consumidores, no caso comerciantes precários e famílias, quer seja no microcrédito, na micropoupanças e outros serviços.

“Não há uma lei que regule o âmbito das instituições de microfinanças, que têm valências similares às de um banco com perfil 'micro'. E isto condiciona potenciais operadores a providenciarem serviços como micropoupanças, indispen-

sável para a subsistência das famílias, microsseguros, que daria a mesma oportunidade à população com menor poder de compra a aceder a serviços de saúde condignos, microleasing e inclusive ao microcrédito que ainda funciona em pequena escala”, lamenta.

Hélder Catombela queixa-se ainda do ambiente pouco favorável na “captação de recursos, quer sejam financeiros e técnicos, e nas incidências fiscais que acabam por encarecer o custo operacional e, conseqüentemente, o

preço dos produtos. O dirigente associativo defende ser “necessário um exercício gigantesco para estimular a actividade industrial perante a ausência das Fintechs, instrumento de inclusão financeira exemplarmente adoptada pelo Quênia”.

Já formalizada em Diário da República, a associação só se vai mostrar publicamente esta quarta-feira e espera servir de interlocutor para “aproximar os operadores aos entes públicos ou privados, buscar convergência em aspectos de natureza fiscal, técnica e na de recursos, bem como agregar valor ao Plano de Desenvolvimento Nacional.”

A associação tem como membros fundadores a Cooperativa de Crédito FAJE, Facilcred, Ginga Cred, Kif Crédito, KixiCrédito, Ned Crédito, Nespcred, Williete Crédito e Somicre.

MEMORIZE

- A associação tem como membros fundadores as diversas instituições de microfinanças e espera servir de interlocutor para aproximar os operadores de microfinanças aos entes públicos e privados

Hélder Catombela,
presidente da AAIM



OFERTA DA ADRA

Cooperativas agrícolas beneficiam de meios

A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (Adra) ofereceu às cooperativas agrícolas, do município do Caluquembe, na Huíla, três moagens com capacidade de transformar mil quilos de milho por dia e três motorizadas de três rodas.

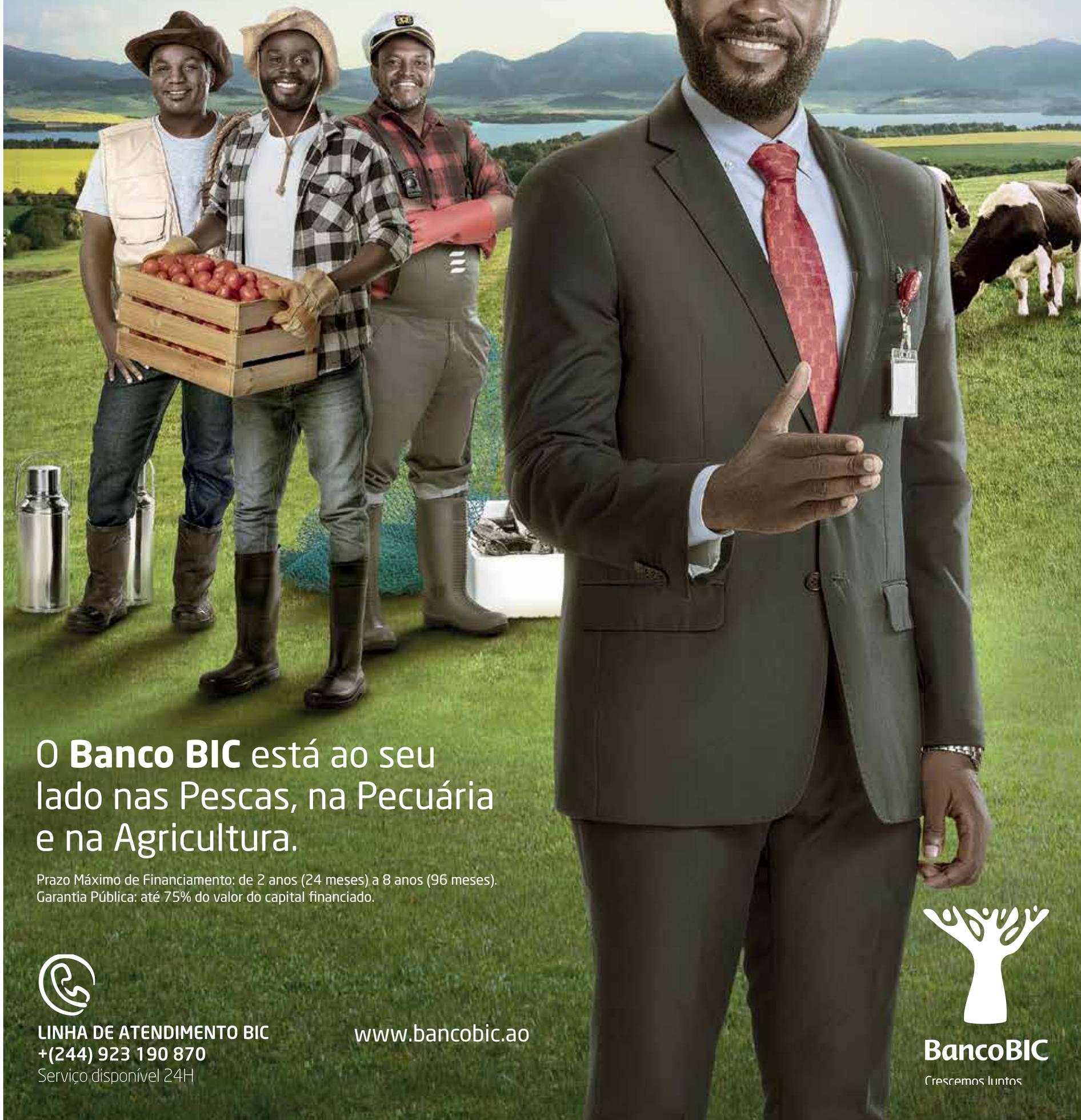
Simione Justino Chiculo, director da Adra na Huíla, refere que a iniciativa serve para minimizar a dificuldade dos agricultores no escoamento dos produtos bem como facilitar a transformação.

O gesto está enquadrado na execução do projecto Ekoliso II, financiado pela União Europeia com 796.400 euros, prevendo beneficiar 888 famílias.



15
anos

**PRODUZIMOS JUNTOS,
CRESCEMOS JUNTOS.**



**O Banco BIC está ao seu
lado nas Pescas, na Pecuária
e na Agricultura.**

Prazo Máximo de Financiamento: de 2 anos (24 meses) a 8 anos (96 meses).
Garantia Pública: até 75% do valor do capital financiado.



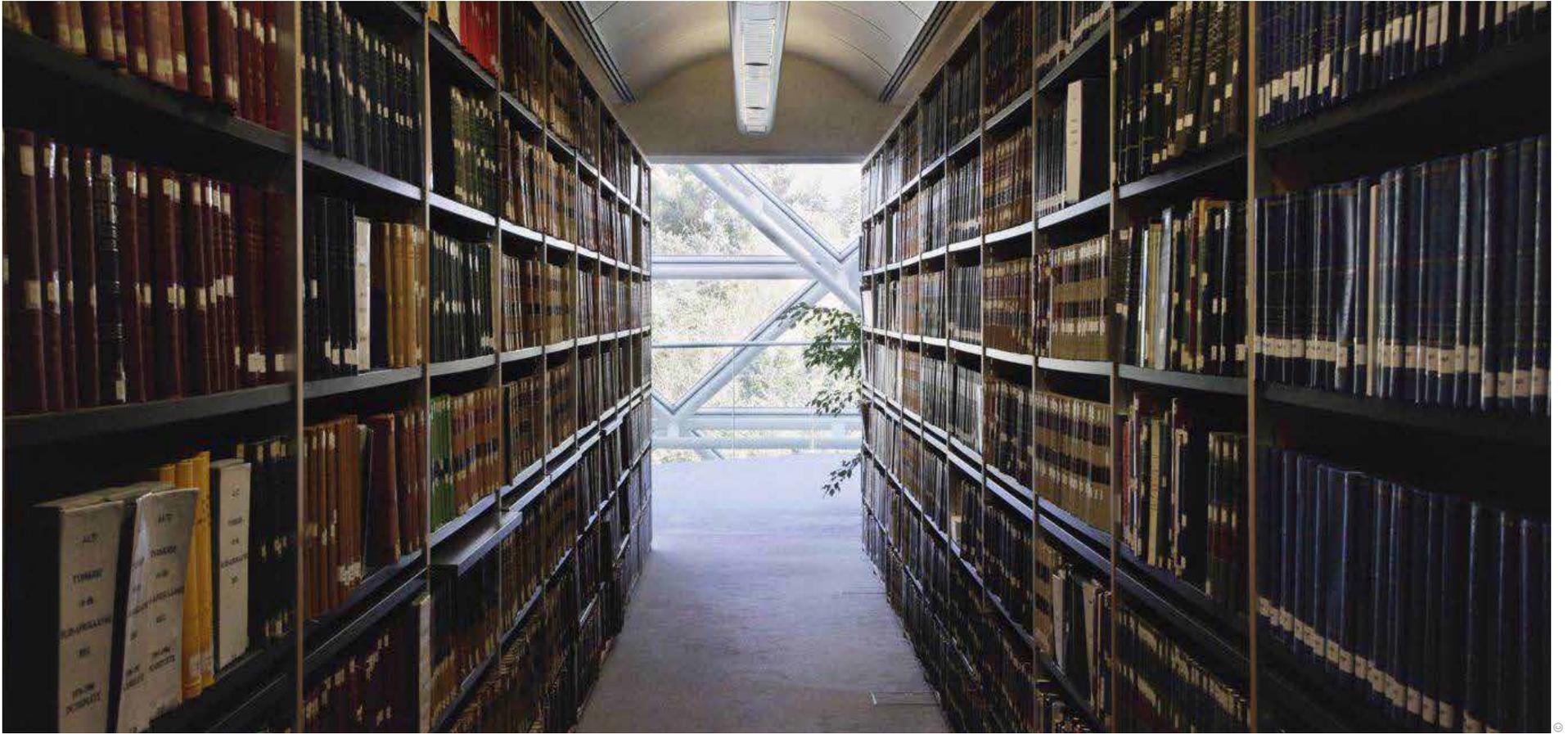
LINHA DE ATENDIMENTO BIC
+(244) 923 190 870
Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



BancoBIC
Crescemos Juntos

Opiniões



Como os economistas e os não-economistas podem entender-se



Dani Rodrik,
Professor de
Política Económica
internacional
Political Economy,
Universidade de
Harvard

dades exibem níveis mais altos de confiança social do que outras? O que explica o aumento do populismo de direita nos últimos anos?

Ao abordar essas e muitas outras questões não económicas, os economistas foram muito além de sua preocupação básica com a oferta e a procura. Essa transgressão dos limites disciplinares nem sempre é bem-vinda. Outros académicos objectam (quase sempre correctamente) que os economistas não se preocupam em familiarizar-se com o trabalho existente em disciplinas relevantes. Queixam-se (novamente, com razão) de uma inóspita cultura académica. Repletos de interrupções e questionamentos agressivos, os seminários de economia podem lembrar, a quem está de fora, a Inquisição do que um fórum para colegas comunicarem resultados e projectar novas ideias.

Talvez a fonte mais importante de tensão, entretanto, surja dos métodos que os economistas trazem para as pesquisas. Contam com ferramentas estatísticas para demonstrar que um determinado factor estrutural teve um efeito causal no resultado de juros. Muitas vezes mal compreendido, esse método pode ser uma fonte de intermináveis e improdutivo conflitos entre economistas e os outros.

Compreender as vantagens (e limitações) dos métodos dos economistas explica o valor que podem agregar à análise de questões não económicas. Igualmente importante, ressalta como a abordagem dos economistas pode complementar, mas nunca substituir, os métodos alternativos, muitas vezes qualitativos, usados noutras disciplinas académicas.

A história e a vida social não oferecem condições semelhantes às de um laboratório que permitem que os efeitos das mudanças na condição humana sejam determinados e medidos com precisão. Em vez disso, os economistas recorrem a imaginativas técnicas estatísticas.

Vale a pena começar com a própria ideia de causalidade. Em ciências, adquirimos conhecimentos sobre a causalidade de uma de duas maneiras. Ou partimos de uma causa e tentamos identificar os seus efeitos. Ou partimos do efeito e tentamos determinar a(s) sua(s) causa(s). O especialista em Estatística da Universidade de Columbia, Andrew Gelman, chama o primeiro método de “inferência causal directa” (indo à causa dos possíveis efeitos) e o segundo “inferência causal reversa” (indo do efeito às prováveis causas).

Os economistas estão obcecados com a primeira dessas abordagens – inferência causal directa. A pesquisa empírica mais altamente valorizada é que aquilo que demonstra que uma variação exógena em algumas subjacentes causas X tem um efeito previsível e estatística-

Economistas nunca se retrairam em assumir as grandes questões que disciplinas como história, sociologia ou ciências políticas consideram da sua própria competência. Quais foram as implicações de longo prazo da escravidão para a sociedade norte-americana contemporânea? Porque algumas comuni-

O modelo de governação previsto requer que as seguradoras implementem um sistema adequado de gestão de riscos.

mente significativo em um resultado de interesse Y.

Em ciências naturais, os efeitos causais são medidos por meio de experiências de laboratório que podem isolar as consequências das variações nas condições físicas sobre o efeito de interesse. Às vezes, os economistas imitam esse método por meio de experiências sociais aleatórias. Por exemplo, famílias podem ser designadas aleatoriamente para um programa de concessão de dinheiro – com algumas a receber um rendimento extra e outras não – para descobrir as consequências do rendimento adicional.

Na maioria das vezes, a história e a vida social não oferecem condições semelhantes às de um laboratório que permitem que os efeitos das mudanças na condição humana sejam determinados e medidos com precisão. Em vez disso, os economistas recorrem a imaginativas técnicas estatísticas.

Por exemplo, podem documentar uma associação estatística entre um factor exógeno, como chuvas e a incidência de conflito civil, permitindo-lhes inferir que mudanças nos níveis de rendimento (devido a flutuações na produção agrícola) são uma causa de guerras civis. Observe-se a peça-chave de engenhosidade aqui: como as guerras civis não podem influenciar os padrões do clima, a correlação entre as duas deve ser devida à causalidade unilateral na outra direcção.

Uma pesquisa bem-feita nesse estilo pode ser uma coisa linda de se ver e uma importante realização – uma afirmação causal tão confiável quanto possível nas ciências sociais. No entanto, pode deixar indiferentes um historiador ou um cientista político.

Isso ocorre porque o método dos economistas não fornece uma resposta para a questão “o que causa conflitos civis” (a questão da inferência causal reversa). Apenas fornece evidências sobre uma das causas (flutuações de rendimento), que pode nem mesmo ser um dos factores mais importantes. Pior do que isso, por serem treinados apenas na abordagem de indução progressiva, frequentemente apresentam as suas pesquisas como se a resposta parcial fosse, de facto, a mais abrangente, aumentando ainda mais a ira de estudiosos de outras disciplinas.

Existem outros truques de pres-tidigitação que causam problemas aos economistas. Na busca pela “identificação” estatística de um

efeito causal, esses profissionais frequentemente têm de recorrer a técnicas que respondem a uma versão mais restrita ou um pouco diferente da questão que motivou a pesquisa.

Resultados de experiências sociais aleatórias realizadas em regiões específicas, como na Índia ou no Quênia, podem não se aplicar a outras regiões ou países. Um projecto de pesquisa que explora a variação no espaço pode não produzir a resposta correcta para uma pergunta que é essencialmente sobre mudanças ao longo do tempo: o que acontece quando uma região é atingida por uma colheita ruim. O choque exógeno específico usado na pesquisa pode não ser representativo; por exemplo, os défices de rendimento não causados pela escassez de água podem ter efeitos diferentes sobre o conflito do que os choques relacionados às chuvas.

Assim sendo, a pesquisa dos economistas raramente consegue substituir trabalhos de síntese mais completos, que consideram uma infinidade de causas, pesam os efeitos prováveis e abordam a variação espacial e temporal dos mecanismos causais. É mais provável que trabalhos desse tipo sejam realizados por historiadores e cientistas sociais com orientação não quantitativa.

O julgamento necessariamente desempenha um papel maior nesse tipo de pesquisa, o que, por sua vez, deixa mais espaço para disputas sobre a validade das conclusões. E nenhuma síntese pode produzir uma lista completa das causas, mesmo que se pudesse avaliar a sua importância relativa.

No entanto, esse trabalho é essencial. Economistas nem mesmo saberiam por onde começar sem o trabalho de historiadores, etnógrafos e outros cientistas sociais que fornecem ricas narrativas de fenómenos e fazem hipóteses sobre as possíveis causas, mas não reivindicam uma certeza causal.

Os economistas podem justificadamente orgulhar-se do poder de seus métodos estatísticos e analíticos. Mas precisam de ser mais auto-conscientes sobre as limitações dessas ferramentas. Em última análise, a nossa compreensão do mundo social é enriquecida por ambos os estilos de pesquisa. Economistas e outros académicos devem aceitar a diversidade das abordagens, em vez de as rejeitar ou de se ofenderem com o trabalho realizado em disciplinas adjacentes.

A evolução no modelo de governação das seguradoras



Miguel Guerreiro,
Manager EY,
Assurance
Financial Services

Perspectiva-se, para breve, a entrada em vigor da nova Lei Geral da Actividade Seguradora e Reresseguradora. Este novo diploma vem estabelecer um novo paradigma na forma de actuação das seguradoras no mercado, trazendo para a esfera da gestão a importância dos riscos, a par da rentabilidade financeira. Este último driver deixa de figurar como o principal no centro da estratégia, dando lugar a uma tomada de decisão com base nos riscos a que as companhias se encontram expostas.

O modelo de governação previsto neste novo diploma traz uma evolução, face à legislação existente, pois pretende colocar o sector segurador em Angola no caminho dos mercados mais

desenvolvidos. Trata-se de um modelo que assenta, não só numa gestão sã e prudente da actividade da Seguradora, mas também dá um grande relevo aos sistemas de gestão de riscos e controlo interno, criando a necessidade de ter funções específicas de apoio ao Órgão de Gestão de forma a dotar as seguradoras de meios e pessoas capazes de enfrentar os desafios constantes da indústria.

É importante referir que estas Funções devem ser exercidas por pessoas com conhecimentos técnicos, devidamente comprovados no sector segurador, ter idoneidade inquestionável e serem completamente independentes e desprovidas de qualquer interesse na Seguradora, pois só assim é que o sector se torna mais robusto e transparente perante todos os seus stakeholders.

O modelo de governação previsto requer que as seguradoras implementem um sistema adequado de gestão de riscos, de forma a garantir que os riscos a que se encontram expostas são correctamente identificados, mensurados e geridos. Deve ainda permitir acesso ao órgão de gestão à informação necessária e adequada para conseguirem

tomar decisões com base nos riscos a que se encontram expostas.

Com objectivo de minimizar os impactos destes riscos, a seguradora deverá também estabelecer um sistema de controlo interno, o qual permita reduzir os impactos financeiros causados pelos riscos que se encontra exposta. Entre diversos riscos a que se encontram expostas, destacamos os riscos de subscrição e provisionamento, a gestão de activos-passivos, risco de mercado, risco de concentração, de liquidez e o risco operacional.

Estes dois sistemas, identificados anteriormente, só podem ser efectivos se forem implementadas as funções de gestão de riscos, compliance, auditoria interna e actuarial. São estas que constituem a “linha de defesa”, para as Seguradoras, no que diz respeito à forma como é gerido o risco e na forma de o mitigar.

O objectivo deste novo modelo é tornar o sector segurador mais transparente e fortalecido de forma a ser um garante para toda a sociedade, assim é expectável que o órgão de gestão das seguradoras comece rapidamente a endereçar estes temas de forma a preparar o seu modelo de governação para estes desafios.



Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Depois daqueles 10 minutos de televisão deprimentes na quinta-feira e de percebermos todos que o palco será dado a todos quantos tiverem opiniões negativas e degenerativas sobre o líder da Oposição, as perguntas entre nós embicam todas para a mesma direcção...

E agora pergunto eu... o lixo nas ruas, que depois de uma chuva que transformou várias zonas da cidade em rios e lagos sujos, que espalhou larvas por todo o lado, que arrastou crianças e causou mortes, será que esse lixo, que entope o saneamento da capital do país, é diferente do lixo que verte das cabeças que mandam na propaganda, e que, de vez em quando, somos obrigados a suportar? O que será dos angolanos cercados de lixo por todas as frentes?

É que o nojo que causa um e outro e as consequências em termos do desenvolvimento cívico do país são semelhantes. A diferença é talvez que, no caso do lixo na rua, existe a possibilidade de o manter pelo menos fora de casa, se as janelas com mosquiteiros e portas se mantiverem fechadas aos maus cheiros e mosquitos perigosos vindos da rua. Porque, no caso do nojo causado pelo que chamam jogo político, que serve para justificar qualquer ignobilidade, desse lixo, nem fechados em casa com janelas e portas lacradas conseguimos escapar, ele entra pela TV, travestido de notícia importante, entra pelos telefones carregados de redes, e não é fácil evitar.

No entanto, e apesar do que depois do noticiário se viu de insultos à TV de todos nós, a



culpa, querido leitor, não é da TPA. Quanto mais não seja porque é evidente que a TPA não é a autora moral daquela tragicomédia. A TPA, como os outros meios, é apenas um palco. Alguém organizou aquela sala como espaço de conferência para prestação daquela 'importante' informação de interesse público, algo que seria bom organizar para explicar, por exemplo, qual é o plano para salvar a vida das pessoas das cóleras, febre tifóides e das malárias que por aí vêm, agora que o lixo 'molhou'... Mas não, alguém chamou (ou intimou) os meios de comunicação a lá estarem para sentarem e ouvirem diatribes, alguém definiu que tempo de antena seria destinado ao suposto histórico do maior partido na oposição que, ao contrário do líder do partido que ninguém vê falar na televisão há algum tempo, falou tudo o quis ou que tinha na agenda para falar.

Contei 13 microfones, caça-palavras e telefones para gravar as importantes palavras da sumidade aí por 10 minutos. Tente lembrar-se, querido leitor, quando foi a última vez que tiveram metade desse tempo de antena um Adalberto ou um Chivukuvuku, que são líderes inequívocos da mesma oposição de que o Sr. no palco dizia ser

membro. É irritante ouvir a contextualização feita ao tema, como se, em meio a tanto lixo e tanta desgraça que ameaça a sobrevivência dos angolanos, aquilo tivesse dignidade de noticiário das 8, como devia ter a fuga de angolanos com fome para os países vizinhos e que os jornais namibianos destacaram na semana que passou. Mas é preciso lembrar que a TPA não deve ser o recipiente das nossas frustrações com o deteriorar do espaço público cívico e de direito. E não deve ser o alvo a abater, porque como se tem visto, onde o poder político põe a mão-estraga. O que é de facto problemático é mesmo a interferência directa, o controlo sobre a informação que nos é veiculada, os memorandos como o que o Novo Jornal estampou e que circulavam online a decidir a pauta e quem fala sobre a revisão constitucional que o PR propôs. Tudo interferências aberrantes em democracia. E esta é uma questão de Estado, de fraqueza de instituições, não é culpa da pobre TPA, coitada.

Não sei se muita gente se apercebeu, mas os jornalistas da TPA tiveram um momento feliz, um estado de graça, em que também eles acreditaram que o 'sr. ordens superiores' tinha desaparecido com a retirada do anterior pre-

Não sei se muita gente se apercebeu, mas os jornalistas da TPA tiveram um momento feliz, um estado de graça, em que também eles acreditaram que o 'sr. ordens superiores' tinha desaparecido com a retirada do anterior presidente.

sidente. Era, nessa altura, visível a vontade de fazer jornalismo, de buscar trazer notícias com relevância para a esfera pública, de fazer a fiscalização da gestão pública, de a questionar, de buscar respostas. Era visível nas reportagens, nas perguntas mais incómodas aos detentores do poder político e que tomam decisões que de facto afectam a vida das pessoas. Era visível na cobertura

aos eventos da oposição que, não sendo equitativa, pelo menos começava a aparecer. Era notória essa vontade de fazer diferente da parte dos profissionais dos meios públicos, e de passar de facto a fazer serviço público na plenitude. Também eles acreditaram, coitados, nos discursos políticos da nova era da abertura e da liberdade de imprensa que rapidamente se esfumou.

Imagine um animal de circo enjaulado que é finalmente tirado da gaiola e goza então a luz do sol e a liberdade do pasto, para pouco depois ser encaminhado de volta à gaiola onde sempre esteve e de que saiu afinal apenas para que fosse pintada com uma cor diferente, mas que continua tão pequena, escura e limitadora como sempre foi.

Os profissionais da TPA acreditaram, como acreditou a maioria, que seria diferente, melhor, que não teriam de obedecer ao objecto ordens superiores nunca mais...

A revolta dirigida em forma de insultos, principalmente à TPA, é mal dirigida porque o problema é o poder político não são os meios que são usados pelo poder político.

Os meios são obrigados a entrar no tal jogo que não se importa com regras, com deontologia, com o mínimo decoro e atropela todos os assuntos. O jogo político é o responsável pelas linhas mestras, pela pauta que é entregue aos meios e que aos meios não resta alternativa senão cumprir.

Podemos perguntar, então aquele Sr. acusa, cadê o contraditório? Mas a resposta a essa questão está evidente na abertura do palco a todos os que venham vilipendiar a imagem da Oposição independentemente de terem legitimidade para o fazer. Ontem era português, depois oportunista, depois tribalista, depois pedófilo, assassino mentiroso, se isso continuar a não resultar, amanhã será certamente canibal, zombie, criador do vírus, como vi online a gozarem com o assunto. E ainda o período pré-eleitoral está no começo. Havemos de ver ainda muito lixo produtor de larvas até às eleições, e infelizmente, não só nas ruas, mas também a entrar-nos casa dentro... Prepare o nariz, querido leitor, porque, como dizia o brasileiro do excelente filme Tropa de Elite, "Vai fedeeerrrr com todos os errressss". Esperando que se sinta com coragem para aguentar, aqui ficam os votos de boa semana.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te



Edição 249 Likes 1,1 mil Partilhas 35

A edição 249 do Valor Económico, alcançou mais de 40 mil internautas que para além dos comentários na página do VE, reagiram e comentaram no Grupo dos Gestores e Empreendedores do Facebook sobre o texto da dívida de Angola às empresas portuguesas e das dificuldades que cria. “Angola garante que já pagou 81% dos atrasados” no entanto o montante está abaixo do valor reclamado pelas empresas portuguesas.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Fernando Leite Velho

Mau para atrair investimento externo



Rui Prado

Por isso agora as empresas são financiadas no exterior e assim recebem. Há o reverso da medalha, os euros e USD não entram em Angola. Para quando a reversão do não uso de USD em Angola?!



Fernando Leite Velho

Rui Prado

Como funciona isso de que empresas que vão actuar em Angola, são financiadas no exterior? Será as ajudas ao desenvolvimento que financiam projectos em Angola, que passam a ser pagos no exterior? Empresas que vão directamente trabalhar em Angola, como construtoras, ou fornecedores de materiais, não estão contempladas nessa forma de pago.



Rui Prado

O estado angolano financia-se nos bancos estrangeiros. Que pagam directamente às empresas. Empresas Portuguesas, Francesa e Espanholas. É prática em muitos países quando querem fazer grandes obras. A banca nacional não tem capacidade de financiamento e quando tem, os juros são altos. O que leva a mais endividamento e não é espelhado no orçamento de estado



Fernando Leite Velho

Rui Prado

Tudo bem, entendo, são obras de fomento do Executivo.



Hamilton Tomas

O melhor mesmo seria optar por contratar empresas de outros países, como França, Inglaterra, Espanha. Países que em tempo de guerra participaram na ajuda de emergência. Portugal nunca trouxe a Angola uma ajuda sequer e reclama mais que os outros.

Uma dívida a 3 empresas portuguesas se torna num assunto de Estado, até o ministro das relações exteriores se desloca a Angola.

Os angolanos têm que aprender a seleccionar os seus parceiros e apertar a lei da fuga só fisco às empresas que prestam serviço em Angola e são pagas no estrangeiro e ainda pagam impostos ínfimos por os seus relatórios não ilustrarem entradas deste dinheiro pago no exterior.



Rui Prado

No caso de obras públicas angolanas, o estado angolano financia-se em bancos no estrangeiro que pagam directamente às empresas no estrangeiro. Concordo que os pagamentos devem ser feitos em Angola, a questão é que há muitas dívidas a empresa e as empresas não confiam. Há inúmeros casos em que as empresas tem atrasos ou não serão pagas. Seja qual for a razão.

Em relação à outra questão, se for verificar, os palop tem-se financiado sempre junto de Portugal e geralmente as dívidas são perdoadas. E Angola e bem, tem tido outros países que fazem investimento, Brasil, Rússia, Alemanha, Espanha, França, Espanha e Argentina para nomear alguns. E se investigar um pouco também vai ver que Portugal também ajudou na reconstrução, sem que Angola hipotecasse terras, portos ou edifícios.

Não estou a fazer a apologia de Portugal mas a sua afirmação não é correcta.



Lourenco Manuel

Tanta dívida... Mesmo assim irá aparecer dinheiro pra as campanhas eleitorais



Pedro Pais

Estamos à espera, até hoje quiseram pagar em kz facturas em €



Alfredo Alves

Quem garante que as Empresas Portuguesas cumpriram a risca o que foi contratado?

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

**Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7**

Covid-19

PARA TRAVAR SUBIDAS

Cabo Verde fixa preços de farinha de trigo e do milho

O governo cabo-verdiano fixou preços para a venda de farinha de trigo e milho, evitando “sobrecarga das famílias” para compra de “alimentos de primeira necessidade”, devido a aumentos provocados pela pandemia de covid-19, prevendo compensar as importadoras.

A medida consta de uma resolução do Conselho de Ministros, de 19 de Março e que já entrou em vigor, aprovando “medidas adicionais” de compensação financeira pelo Estado às empresas importadoras de Produtor Alimentares de Primeira Necessidade (PAPN). Em causa está a necessidade de “manutenção dos preços” de alguns produtos, que têm registado “alterações no mercado internacional durante o período da pandemia de covid-19”, justifica o Governo no mesmo documento.

Assim, tendo como base os preços no mês de Dezembro, o saco de 50 quilos de farinha de trigo de produção nacional é fixado em 21,40 euros e o importado em 18 euros. O saco de 50 quilos de milho de segunda Argentina em 14,10 euros e o de milho de segunda amarelo em 14,50 euros.



SOBRE VACINAS RUSSAS

Putin critica reservas de autoridades europeias

O presidente russo, Vladimir Putin, criticou a posição das autoridades sanitárias europeias sobre a vacina contra a covid-19 Sputnik V, no dia em que anunciou que será vacinado na terça-feira.

“Não queremos forçar ninguém a fazer o que quer que seja. Mas interrogo-me sobre os interesses que defendem essas pessoas: será o das empresas farmacêuticas ou o dos cidadãos europeus?”, questionou o líder russo.

“Hoje, podemos dizer com segurança que as vacinas russas são absolutamente confiáveis e seguras. É um sucesso absoluto dos nossos cientistas e especialistas”, disse Putin, para criticar a forma como as autoridades sanitárias europeias e a própria Comissão Europeia tem lidado com a aprovação dos fármacos desenvolvidos com tecnologia russa. O presidente russo disse que está a perder a paciência com este caso, explicando que não compreende como é que a Agência Europeia de Medicamentos ainda continua a analisar o pedido de aprovação da Sputnik V.

Hoje, os produtores da vacina Sputnik V também acusaram o comissário europeu Thierry Breton de ter uma abordagem “tendenciosa”, quando disse que a União Europeia não precisa da vacina russa na campanha de combate contra a pandemia.

A União Europeia criticou Moscovo pela política de vacinas, acusando o governo russo de estar a utilizar os fármacos como instrumento de “propaganda” para ganhar influência no cenário internacional.

REALIZADO NOS EUA

AstraZeneca diz que estudo demonstra eficácia de 79%

Dados de testes avançados de um estudo efectuado nos Estados Unidos indicam que a vacina da AstraZeneca tem uma eficácia de 79% contra o novo coronavírus, anunciou a empresa. Apesar de a vacina ter sido autorizada em mais de 50 países, ainda não foi admitida nos Estados Unidos.

A investigação que foi realizada em território norte-americano envolveu 30 mil voluntários.

Uma parte destes voluntários foi inoculada com a vacina AstraZeneca contra a covid-19 e os restantes com um composto inócuo. Segundo o comunicado divulgado pela empresa, os investigadores envolvidos no estudo referem que a vacina é eficaz em “pessoas de todas as idades”, incluindo idosos, contrariando pesquisas anteriores efectuadas por outros países junto de pessoas com idades mais avançadas.

Os dados que foram comunicados vão ser submetidos à apreciação do Food and Drug Administration (FDA), organismo norte-americano que vai decidir, ou não, o uso da vacina nos Estados Unidos.

Os cientistas aguardavam os resultados da pesquisa norte-americana, que acreditam poder vir a esclarecer de forma defini-

tiva a confusão sobre a eficácia do uso do composto desenvolvido pela AstraZeneca.

As autoridades britânicas autorizaram a vacina com base em resultados parciais dos testes realizados no Reino Unido, Brasil e África do Sul que sugeriram que a vacina tem uma eficácia de 70%.

De acordo com o fabricante, citado pela Associated Press, os resultados foram afectados por um erro de fabrico que levou alguns participantes nos testes a receberem apenas meia dose, na primeira toma, uma falha que os investigadores não detectaram inicialmente. Posteriormente foi lançada a discussão sobre a protecção eficaz da vacina em idosos, assim como o período de tempo necessários entre a primeira e a segunda toma.



AINDA NÃO FOI APROVADA PELA UE

PM eslovaco admite demissão após compra da vacina russa

O primeiro-ministro eslovaco, o conservador Igor Matovic, disse estar disponível para abandonar o cargo por ter adquirido a vacina russa Sputnik V, não aprovada pela União Europeia.

A Eslováquia regista actualmente a segunda incidência mais alta de mortalidade pela covid-19 na União Europeia (UE). O conservador populista admitiu resignar ao cargo, apesar de se manter no executivo, caso também abandonem funções o vice-primeiro-ministro, Richard

Sulik, do partido conservador liberal Liberdade e Solidariedade (SaS), e ainda a ministra da Justiça e o vice-presidente do parlamento, ambos do Za ľudi (Para o Povo, centro-direita).

O primeiro-ministro também colocou como condição para resignar que o SaS perca uma das três pastas que detém actualmente, indicou em conferência de imprensa após uma reunião do seu partido Gente Comum-Personalidades Independentes (OLaNO).

A **ASTRAZENECA** poderá ter incluído dados desatualizados nos ensaios clínicos nos Estados Unidos sobre a vacina contra a covid-19, segundo o regulador americano, que cita um grupo de especialistas independentes.



APÓS DETECTAR CINCO CASOS POSITIVOS

China suspende voos da Austrian Airlines

As autoridades chinesas suspenderam por duas semanas os voos da Austrian Airlines em direcção a Xangai após terem detectado no início do mês cinco passageiros infectados com a covid-19 num voo para esta cidade, informaram diversos 'media'.

A Administração da Aviação Civil da China (CAAC) informou a companhia aérea que cinco pessoas testaram positivo nos controlos efectuados à sua chegada à China, segundo assinalou o portal suíço de aviação Aero Telegraph, uma informação também divulgada pelos 'media' austríacos. A proibição, que afecta dois voos, um por semana, vai prolongar-se até 09 de Abril.

Quem pretender viajar directamente da Áustria para Xangai deverá apresentar testes negativos PCR e de anticorpos antes de embarcar, ambos inferiores a um período de 48 horas e que devem ser certificados pela embaixada da China em Viena.

Segundo a companhia aérea austríaca, os cinco positivos eram passageiros em trânsito que chegaram ao aeroporto de Viena provenientes de diversos destinos e onde embarcaram em direcção à China, indicou a Austrian Airlines ao Aero Telegraph.

Os passageiros em trânsito devem também submeter-se a esse processo de controlo na Áustria.

Diversas companhias aéreas, incluindo a Aeroflot russa, a Ethiad dos Emirados Árabes Unidos ou a Ethiopian Airlines foram afectadas no passado pela suspensão provisória dos seus voos, medida que a China aplica quando são detectados cinco ou mais passageiros infectados com covid-19 num voo.

MAIS DE UM MILHÃO DE DOSES

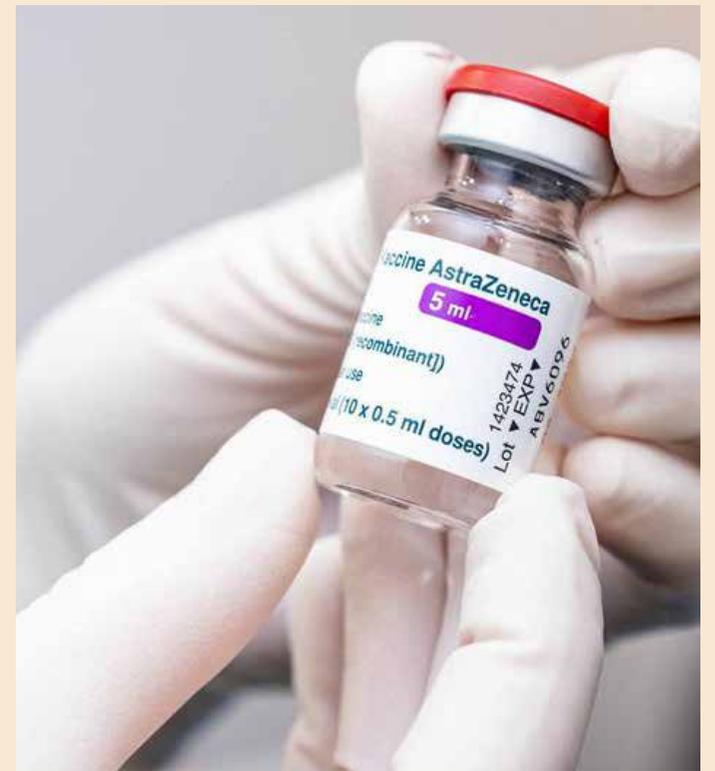
Brasil recebe primeiro carregamento da Covax

O Brasil recebe o primeiro carregamento de mais de um milhão de doses de vacinas anti-covid-19 através do programa Covax, que pretende assegurar uma distribuição equitativa de vacinas, anunciou o Governo brasileiro.

“O Brasil recebe o primeiro carregamento de doses da vacina Oxford/AstraZeneca contra a covid-19, produzidas pelo laboratório sul-coreano SK Bioscience e adquiridas no âmbito da iniciativa Covax Facility”, referem os ministérios da Saúde e das Relações Exteriores, em comunicado conjunto.

A primeira entrega é constituída por 1.022.400 doses de vacinas, mas, até ao final do mês, serão entregues mais 1,9 milhões de doses do mesmo fabricante, garante o Governo brasileiro. A Covax, uma iniciativa da Organização Mundial de Saúde, em parceria com a Aliança Global para as Vacinas (GAVI, liderada pelo antigo primeiro-ministro português José Manuel Durão Barroso) e a Coalition for Epidemic Preparedness Innovations, pretende garantir a vacinação a 20% da população de 200 países e tem acordos com fabricantes para o fornecimento de dois mil milhões de doses em 2021 e a possibilidade de comprar ainda mais mil milhões.

O Brasil é, segundo a lista de distribuição publicada no início de Março pela GAVI, o país da América Latina que vai receber mais doses de vacina anti-covid-19 no âmbito do programa Covax. O país vai receber 9,1 milhões de doses da vacina Oxford/AstraZeneca até Maio e terá acesso a um total de 42,5 milhões de doses, de acordo com o comunicado de hoje, que explica que o contrato de adesão do Brasil à iniciativa foi “firmado em 25 de Setembro de 2020”.



VACINA DA ASTRAZENECA

Guiné-Bissau recebe 12 mil doses

A Guiné-Bissau recebe 12.000 doses da vacina Astrazeneca, doadas por uma empresa de telecomunicações que opera no país, anunciou o Alto Comissariado para a covid-19.

“O país irá receber 12.000 doses de vacina Astrazeneca, uma doação do grupo sul-africano MTN”, que tem estado a apoiar o combate à pandemia através da União Africana, refere, em comunicado divulgado à imprensa, o Alto Comissariado.

“O Alto Comissariado para a covid-19 e o governo continuam a mobilizar esforços junto dos parceiros para garantir uma cobertura vacinal no país que esteja em linha com as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e que garanta uma imunidade de grupo”, salienta o comunicado.

A Guiné-Bissau aprovou o uso de três vacinas, homologadas pela OMS, contra a infecção provocada pelo novo coronavírus, nomeadamente a Pfizer/

BioNTech, Astrazeneca/Oxford e AstraZeneca do Serum Institute da Índia.

Em relação ao Plano Nacional de Vacinação, o Alto Comissariado explicou recentemente que numa primeira fase prevê atingir “20% da população guineense”, dando prioridade aos profissionais de saúde, pessoal de apoio da saúde, agentes de saúde comunitária, doentes com HIV/Sida, tuberculose, diabetes, doenças cardiovasculares, respiratória e doentes renais crónicos.

O Plano, a ser executado em três fases, visa atingir 70% da população guineense, de forma a criar uma imunidade de grupo que possa favorecer uma redução significativa da transmissão.

O Covax [mecanismo de distribuição universal e equitativa de vacinas contra a covid-19 co-gerido pela OMS] já anunciou que a Guiné-Bissau vai receber 120.000 doses de vacinas da fabricante AstraZeneca, até final de Maio.

Marcas & Estilos



Brasas com delícia

Reúna-se ao redor da mesa para que todos possam apreciar o sabor dos grelhados! A parte externa é feita de porcelana. A grade e o encaixe que seguram a brasa são feitos de aço inoxidável. Antes de acender, a Eva Solo pode ser levantada pela alça de aço. Após o uso, a tigela, o encaixe e a grade podem ser levados à máquina de lavar louça.



Protege-o do que for

Este é um cachecol que nunca perde a forma. É projectado para bloquear o vento, preencher as lacunas de um blazer, reter o calor e protegê-lo do que for. O Charcoal da Kynsho é perfeito para andar de bicicleta, ir para o trabalho, viajar ou acampar.



AUTOMÓVEL

Um cavalo sobre rodas

O Ford Mustang Black Shadow é uma versão comemorativa dos 55 anos de existência do puro-sangue. O tecto e o aerofólio são pintados de preto, mesma tonalidade do cavalo, símbolo do modelo, fixado na grade dianteira.

Também chamam atenção as saídas de ar no alongado capô, conjunto óptico em LED e as tradicionais luzes divididas em três barras na dianteira e na traseira. Por dentro, é refinado. O material Alcantara reveste parte dos bancos e dos painéis das portas e o emblema '55 Years' está bem à frente do passageiro.

O Ford Mustang Black Shadow tem o motor 5.0, basta ouvir o ronco do poderoso V8 de 466 cavalos para sentir a dimensão do que o carro é capaz numa estrada. Alcança 250 km/h de velocidade máxima e acelera de 0 a 100 km/h em míseros 4,3 segundos.

AGENDA

LUANDA

22 MARÇO

Lugar de mulher é onde ela quiser no Climax Restaurante e Lounge com a participação especial das DJ Elly Chuva, Leo Cris, Priscila Guimarães e Mis Dee. Entre as 11 e as 22h00

23 MARÇO

A editora Acácias vende e autografa o livro 'Agora vou ser feliz' de Mara Oliveira. A partir das 16H00, no Beach Club.

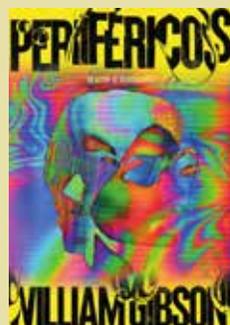
23 MARÇO

Luanda Beach Club apresenta mais uma edição do Magic Woman com a venda e exposição dos quadros da artista plástica Andreia Gamboa. A partir das 16h00.

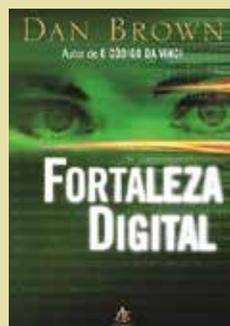
24 MARÇO

O restaurante Luanda Beach Club apresenta Magic Woman com performance de Yola Semedo, apresentado por Juddy da Conceição. Às 18H00.

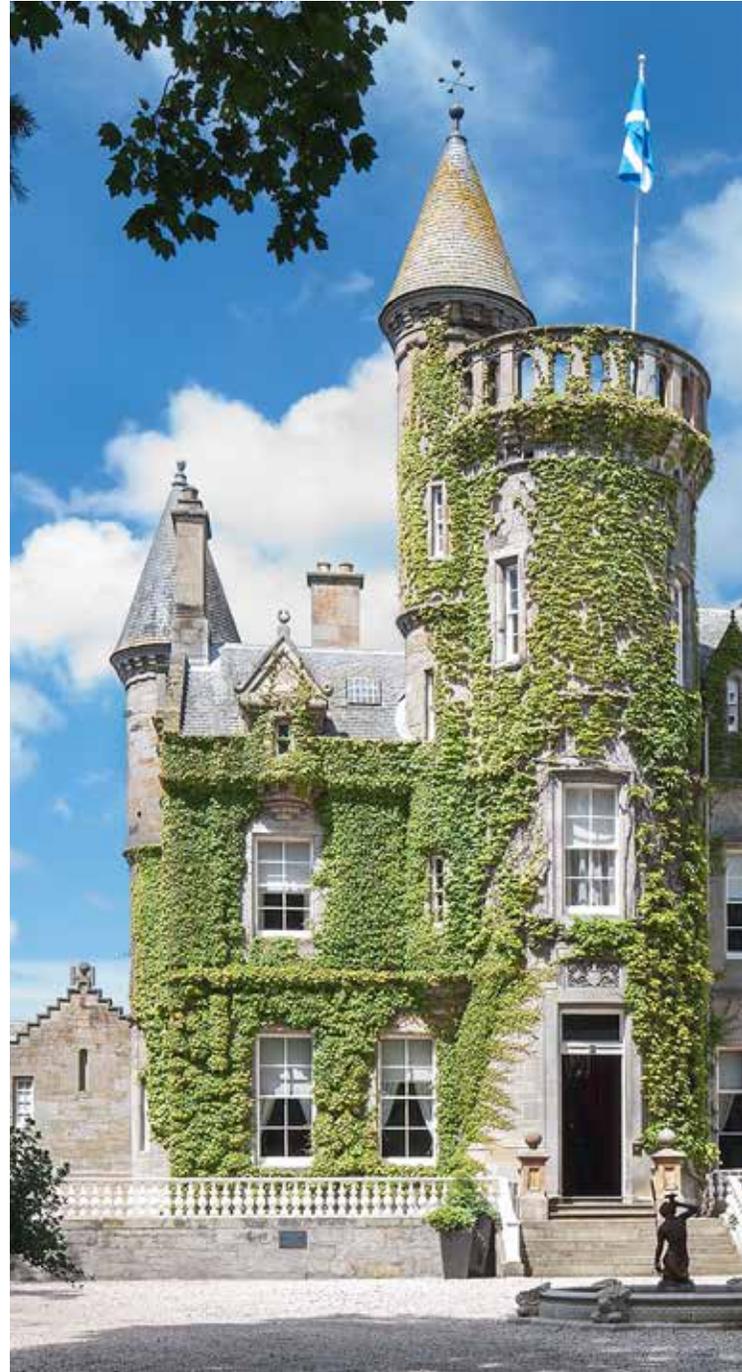
LIVROS



FLYNNE FISHER vive com o irmão, Burton, numa área rural e desolada dos Estados Unidos, onde os empregos são escassos e muitos sobrevivem na clandestinidade, fazendo impressões ilegais em 3D e jogando videogame por dinheiro.



EM FORTALEZA DIGITAL, Brown mergulha no intrigante universo dos serviços de informação e ambienta a história na ultra-secreta e multi-bilionária NSA, a Agência de Segurança Nacional americana, mais poderosa do que a CIA ou qualquer outra organização de inteligência do mundo.



TURISMO

Não sonhe baixo em Terras Altas

Com céus abertos, quilómetros de campo e paisagens de tirar o fôlego, a Escócia tem sido um destino popular, embora um tanto negligenciado, na Grã-Bretanha.

Enquanto o turismo já estava em ascensão, com 2020 a ser um ano recorde para o turismo escocês, mesmo antes da pandemia, as restrições de bloqueio fizeram com que a Escócia, e em particular as Terras Altas, se tornasse uma das escolhas mais populares para viajantes do Reino Unido em busca de escapismo nos próprios quintais.

E, para aqueles que não são avessos a um pouco de clima variável, a Escócia oferece escapismo de sobra. Nas férias dos sonhos, explore ruínas históricas, caminhe até ao topo de montanhas cobertas de neve, enrosque-se em frente a uma lareira e coma produtos locais gloriosamente deliciosos. Aqui, há poucos apetites que um feriado na Escócia não seja satisfeito. Por ser o lar de cidades como Glasgow e Edimburgo, também é um ótimo lugar para as melhores escapadelas urbanas.

Educação & Tecnologia

SIMPRAF EXIGE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO

MED promete promoção de carreira ainda este ano

REMUNERAÇÃO. Apesar da 'promessa' de Luísa Grilo, Sinprof lamenta que não se tenha ainda chegado a nenhum entendimento com o Ministério da Educação sobre os moldes das promoções e o tempo de serviço.

Por Redação

A ministra da Educação, Luísa Grilo, reconhece que há professores que não beneficiam de promoção de carreira há mais de 20 anos e promete que a situação poderá ser solucionada ainda este ano.

O pronunciamento da titular da Educação surge numa altura em que se aguarda por uma resposta ao caderno reivindicativo do Sindicato Nacional dos Professores (Sinprof) datado de 23 de Outubro de 2019 e que já vem sendo negociado desde 27 de Dezembro do referido ano.

Apesar dessa garantia da ministra, dada numa visita a alguns esta-

belecimentos de ensino em Malanje, o Sinprof lamenta, em nota, que, até ao momento, não se tenha chegado a nenhum entendimento com o Ministério da Educação relativamente aos moldes, por exemplo, como as promoções serão efectivadas, tão-pouco houve, da parte do órgão ministerial, a assumpção da realização das referidas promoções, em função do tempo de serviço.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA VAI SER CORRIGIDA

O MED defende ser necessário reavaliar e alterar a legislação referente às parcerias público-privadas no sector, com vista a corrigir aspectos desfavoráveis ao Estado.

De acordo com a titular da pasta, Luísa Grilo, a revisão do diploma assume-se imperativa

dado que, actualmente, grande parte das despesas, com realce para o pagamento de salários dos professores, recai sobre o Estado.

Luísa Grilo, durante a visita a Malanje na passada semana, reforçou ser "urgente clarificar os direitos e deveres de cada parte", bem como as instituições de ensino que devem estabelecer parcerias com o MED neste processo de complementaridade e em que níveis,

2

Mil milhões de kwanzas, valor que o MED deve aos alfabetizadores em todo o país.

acrescentando que "é igualmente importante a necessidade da análise criteriosa da qualidade de ensino das instituições a cooperar".

DÍVIDA AOS ALFABETIZADORES EM NEGOCIAÇÃO

A dívida de cerca de 2.000 milhões de kwanzas que o MED tem para com os alfabetizadores em todo o país está a ser negociada com o Ministério das Finanças e a amortização deve acontecer nos próximos tempos.

Sem avançar datas concretas para a liquidação, a ministra Luísa Grilo precisou que o valor da dívida é de 139.500.000 kwanzas para com 450 alfabetizadores voluntários envolvidos no Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar (Paae).

A dívida é referente a subsídios do período 2016 a 2019.



PARA BOAS PRÁTICAS

Lançado projecto 'Escolas de Referência'

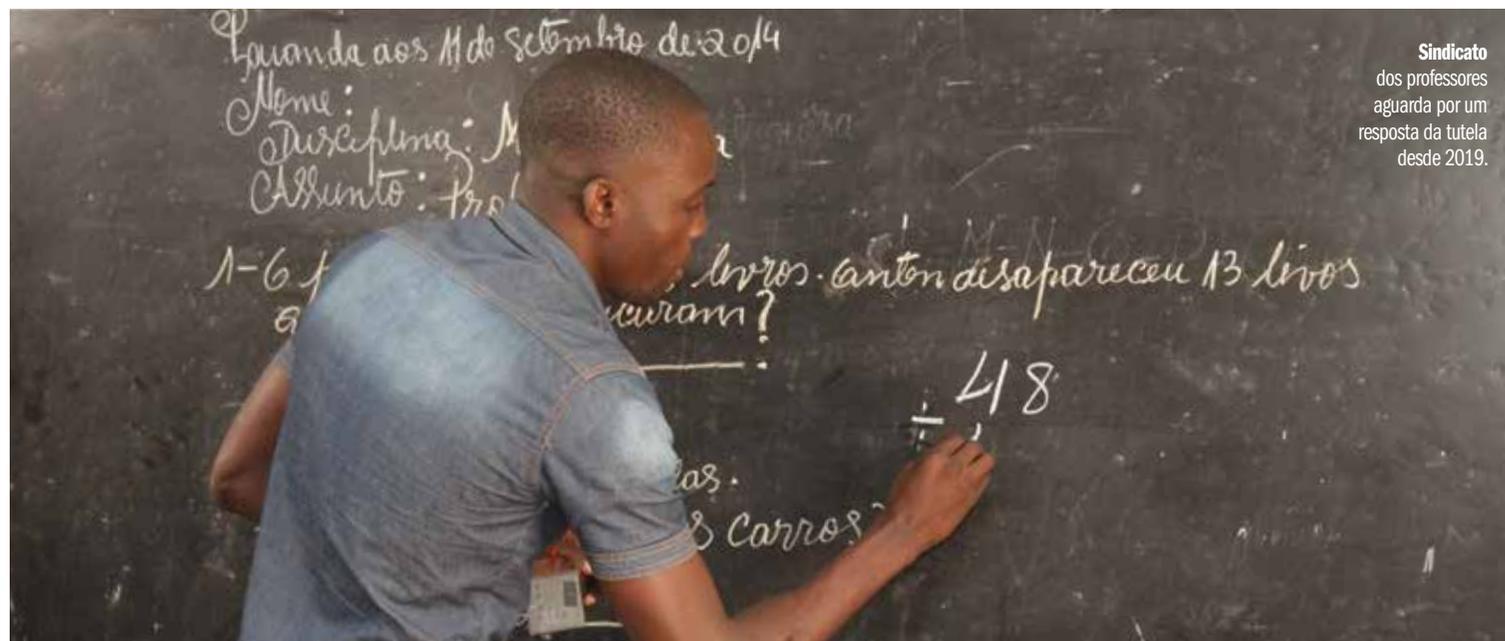
O país conta, desde a semana passada, com um projecto orientado para a promoção de boas práticas pedagógicas e de gestão escolar, através da criação das escolas de referência.

A iniciativa, apresentada em Malanje pela ministra da Educação, Luísa Grilo, enquadra-se no âmbito do Programa Nacional de Formação de Pessoal Docente e de Reforço do Sistema Nacional de Formação Profissional, inscritos no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

Numa primeira fase, a iniciativa prevê abranger 57 escolas das 18 províncias, sendo 51 do ensino primário e secundário e seis centros do sistema nacional de formação profissional.

As 57 instituições foram seleccionadas com base nas condições infra-estruturais, laboratórios, perfil do pessoal docente, competência dos gestores, entre outros indicadores, e serão acompanhadas durante cinco anos, findos os quais será feita a avaliação das experiências de sucesso.

As escolas deverão observar a melhoria das competências profissionais do pessoal docente, melhoria das condições materiais e orçamentais, para depois servirem de referência.



NÚMEROS DA SEMANA

19

Milhões de dólares, montante arrecadado pelo Estado, entre Dezembro de 2020 e Fevereiro de 2021, com a exportação de madeira, segundo o secretário de Estado das Florestas, André Moda.

7,26%

Queda registada nas exportações de petróleo e gás, no ano passado, para os 18,2 mil milhões de dólares, informou o ministério de tutela.

86

Milhões de dólares, gastos com a importação de bens da cesta básica e outros produtos essenciais em Fevereiro.

3,1%

Previsão de crescimento de Angola em 2021, aponta o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

EMPRESA QUER DOMINAR O MERCADO

Premier Bet investe 100 milhões kz

A empresa de apostas desportivas Premier Bet investiu, na primeira fase de exploração no mercado angolano, 100 milhões de kwanzas, segundo avançou, ao VALOR, o director-geral, Hussein Achi, indicando que parte significativa foi aplicada na plataforma tecnológica funcional 24 horas ao dia.

Com menos de um ano no mercado, Hussein Achi garante ter todas as condições reunidas para operar nas outras 17 províncias, mas a intenção está dependente do suporte legal à espera há algum tempo. “Temos estabilidade financeira para seguir os desafios do

mercado”, assegura, considerando “fértil” o mercado angolano. “O mercado angolano é maduro, os jogadores conhecem bem o ambiente do jogo, as regras. Dá-nos motivo para continuar, acho que seremos a maior casa de apostas em Angola”, acredita.

A Premier Bet conta com 500 agentes ambulantes pagos por comissão, 80 quiosques e quatro casas de jogos exclusivas da marca, além de umas tantas abertas em parceria.

Sem adiantar o número de apostas e receitas diárias, Hussein Achi considera os resultados “satisfatórios para um ambiente futuro”. Desde a abertura em Junho do ano passado, o maior prémio entregue foi de 42 milhões de kwanzas.

Hussein Achi,
director-geral
da Premier Bet



INFLAÇÃO EM FEVEREIRO

Produtos nacionais superam os importados

Os produtos nacionais registaram inflação de 2,59% no passado em Fevereiro, enquanto os importados subiram 2,12%, de acordo com a folha rápida sobre índice de preços grossista emitida pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Com aumento de 1,39 pontos percentuais, o sector da indústria transformadora é o que mais contribuiu para a inflação dos

produtos nacionais. O mesmo sector contribuiu para a variação de preços dos produtos importados, com 1,91.

O IPG registou ainda uma variação mensal, no período de Janeiro a Fevereiro de 2021, de 2,23%, sendo 0,01 pontos percentuais superior ao registado no período anterior e 0,49 pontos percentuais em relação ao mesmo mês do ano de 2020.

PACOTE PROMOCIONAL DA TAP

Luanda com a segunda tarifa mais alta

A TAP lançou uma campanha de promoções para visitar “familiares e amigos espalhados pelo mundo”, com ofertas para vários destinos na Europa, na América do Norte e em África. Angola é um dos mercados abrangidos com tarifas desde 562 euros, a segunda mais alta do pacote promocional.

Para África, além de Luanda, e com ofertas de ida e volta, estão abrangidas, entre outros destinos, Casablanca, com preços desde 130 euros, além de Bissau e Ilha do Sal desde 249 e 349, respectivamente. Estão também ainda a cidade da Praia, desde 349 euros, São

Vicente, Dakar e Conácri desde, respectivamente, 487 euros, 526 euros, e 689 euros, este que é o maior valor da promoção.

A primeira maior tarifa é para ligação Lisboa/Boston, desde 653 euros. As outras cidades da América do Norte que fazem parte do pacote são Toronto, desde 329 euros, Miami, 546 euros, Washington, desde 440 euros, e Nova Iorque desde 436.

Para as ligações domésticas e cidades europeias, as tarifas estão todas abaixo dos 100 euros, sendo a mais alta 98 euros para Porto Santo, ilha no arquipélago português da Madeira.